

Acção Socialista

Nº 1211 - 14 Janeiro 2004

Director: Augusto Santos Silva Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



AUTARQUIAS: MÁ GESTÃO DA DIREITA PREJUDICA POPULAÇÕES

Dois anos depois do PSD ter ganho a maioria dos municípios portugueses, em alguns casos em coligação com o PP, é já possível fazer um balanço do desempenho dos executivos de direita. E o mínimo que se pode dizer é que, a exemplo da atitude do Governo, houve muitas promessas, mas a obra é pouca. A propaganda mascara muitas vezes a falta de ambição e de ideias na gestão autárquica, o que se tem traduzido numa degradação das condições de vida dos concelhos geridos pela direita. O "Acção Socialista" abre nesta edição o debate sobre o poder local e faz um balanço da gestão das câmaras de Lisboa, Porto e Coimbra, numa altura em que o PS e as suas estruturas têm multiplicado iniciativas por todo o País, de que é exemplo o último fórum autárquico realizado no Algarve

9 e 10



COMISSÃO POLÍTICA

**Preparar Europeias,
dar combate
ao Governo e
voltar à estrada** 3

PARLAMENTO

**Costa denuncia
divergência com
a Europa** 5

FUNÇÃO PÚBLICA

**PS contra
despedimentos
colectivos** 7

ENTREVISTA

**Vera Jardim:
Fazer frente aos
desafios do
Mundo** 12

Convenção autárquica federativa da Região Oeste

ALENQUER - FÓRUM ROMEIRA
17 DE JANEIRO DE 2004

NAS AUTARQUIAS, HORA DE BALANÇO E INICIATIVA

Os executivos municipais saídos das eleições de Dezembro de 2001 acabam de perfazer, por estes dias, dois anos de actividade. Isto quer dizer que estamos a meio dos respectivos mandatos. O que deve motivar duas preocupações. A primeira, com o balanço político destes dois anos passados. A segunda, com a preparação, em tempo útil e de acordo com estratégias claras e eficazes, das futuras eleições de 2005.

Como todos nos recordamos, os resultados globais das eleições de 2001 foram desfavoráveis para o Partido Socialista. O impacto político das derrotas em Lisboa, Porto, Coimbra, Setúbal, Faro e outros concelhos foi de tal monta que acabou por provocar a demissão do nosso governo e a convocação de eleições legislativas antecipadas. E, no plano propriamente autárquico, o PSD passou a dominar a maioria das câmaras, incluindo, repita-se, nas duas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Ora, pode dizer-se hoje, com segurança, que, na generalidade dos casos, esta mudança piorou as coisas. A gestão autárquica da direita tem sido a confirmação dos receios e críticas que, na altura devida, os nossos candidatos exprimiram e uma grande desilusão para os seus próprios eleitores. Começamos a fazer, neste número, o balanço dos casos mais emblemáticos. Em Lisboa, temos um edil ausente, mais interessado em promover a sua candidatura a Presidente da República do que em resolver os problemas da cidade; temos a acção política substituída pela mais descarada propaganda. Entretanto, nenhum dos projectos anunciados avançou, com a única e infeliz excepção do túnel que há-de trazer ainda mais carros para o centro urbano. O Porto está hoje transformado no laboratório onde se testa um novo autoritarismo social e se deprime deliberadamente o clima colectivo, tal é a obsessão com que a coligação de direita, com a cumplicidade do Partido Comunista, se empenha em destruir o bom legado de 12 anos de mandato socialista. Em várias outras autarquias, a comparação entre as promessas eleitorais e a efectiva concretização desta primeira metade de exercício do poder demonstra também, eloquentemente, como prometer e não cumprir é a marca de água do PSD.

Temos feito, nós os socialistas, com suficiente persistência e impacto público, a denúncia deste estado de coisas? Não precisaremos de mais vigor na acção política de oposição, nas autarquias que não dirigimos? Cada caso é um caso, mas creio que há vários em que a um défice de realização da parte dos nossos adversários – a incompetência da direita e a letargia das vereações comunistas – tem correspondido um défice de denúncia e iniciativa crítica da nossa parte.

Depois, convém não esquecer que o PS é poder em muitas dezenas de

câmaras municipais e também aí é preciso ser exigente: estamos a respeitar os compromissos que assumimos, estamos a governar bem, estamos a criar as condições indispensáveis para a renovação dos mandatos? Ninguém pode subvalorizar a importância de dois estrangulamentos pesados à nossa acção: o garrote financeiro que o governo de Durão Barroso impôs às autarquias e a escandalosa discriminação partidária que orienta a sua acção e penaliza os que não são cor-de-laranja.

Eis o que só reforça a necessidade de preparar com tempo e sensatez as eleições locais do próximo ano. Há factos positivos que se deve realçar: por exemplo, a disponibilidade manifestada já por quadros de grande qualidade para protagonizar alguns dos combates mais difíceis que teremos. E, sobretudo, a sucessão de convenções autárquicas e outros fóruns de debate, mobilização e organização política, a nível local e distrital. Mas há também sintomas de mal-estar que importa atacar quanto antes. O partido tem de aprender com a sua própria experiência: é agora que alguém tem de lembrar que foi por excesso de confiança que perdemos, em 2001, Lisboa, que foi por desastrada constituição de listas que perdemos o Porto, que foi por falta de iniciativa que perdemos Coimbra e, sobretudo, que foi por desunião e guerrilha interna que oferecemos de bandeja, à direita, Famalicão. Sei que poderá ser desagradável recordar isto, mas é indispensável, e assumo tranquilamente o ónus de fazê-lo, aqui, no nosso jornal. É tempo de arrepiar caminho nos concelhos em que estamos cavando de igual forma, por causa de lutas intestinas, o nosso túmulo político. O exemplo mais notório será Matosinhos, mas outros existem.

Ora, como é que um partido plural e democrático pode resolver estas questões? Não é escondendo-as. É debatendo pública e abertamente as ideias e os projectos e é confiando nos processos estatutários de decisão colectiva, nos momentos e nas formas próprias, sabendo os vencedores honrar os vencidos e os vencidos respeitar as decisões tomadas.

O "Acção" publica, hoje, na secção "Polémicas", um artigo de opinião sobre a estratégia a seguir em Lisboa. Publica-o para que o debate se faça, na hora e no lugar adequados, e em torno de ideias políticas. Para que outros se sigam, sobre o mesmo ou outros temas, para que o jornal seja aquilo que sempre quis ser – um meio de comunicação entre os militantes – e para que um dos grandes combates do próximo futuro, as eleições autárquicas, possa ser travado nas melhores condições possíveis.



AUGUSTO SANTOS SILVA

Augusto Santos Silva

Pode dizer-se hoje, com segurança, que, na generalidade dos casos, esta mudança piorou as coisas. A gestão autárquica da direita tem sido a confirmação dos receios e críticas que, na altura devida, os nossos candidatos exprimiram e uma grande desilusão para os seus próprios eleitores.

A RETOMA ESTÁ NA CARA

ANTOONIO COLAÇO



COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL DO PS

PREPARAR EUROPEIAS, DAR COMBATE AO GOVERNO E VOLTAR À ESTRADA

A Comissão Política do PS, reunida na passada quinta-feira, aprovou um conjunto de resoluções em que se atribui prioridade à preparação das eleições europeias, através da realização de diversas iniciativas descentralizadas, entre Janeiro e Fevereiro, nos diversos distritos do País, processo que culminará com a realização de uma convenção nacional a 28 de Fevereiro, onde será aprovado um manifesto eleitoral. Segundo o documento aprovado por unanimidade, o PS "continuará a desenvolver esforços, contactando com especialistas, com o Governo, com empresários, com associações sindicais e no contexto do Partido Socialista Europeu com vista à reforma do Pacto de Estabilidade e Crescimento, tornando-o um instrumento efectivo ao serviço da integração europeia, da estabilidade financeira e do crescimento económico".

Referindo que "o triângulo Finanças-Economia-Emprego" manter-se-á como a "prioridade" da acção do partido, os socialistas consideram que "todos os sinais apontam para que à hecatombe orçamental de 2003, se siga um idêntico descalabro, designadamente do lado da receita, em 2004".

Assim, segundo o PS, "a consequência do falhanço absoluto da política orçamental da maioria é uma situação económica que não dá sinais de retoma, os salários reais que decrescem e um aumento do desemprego que ameaça não parar".

Neste contexto, o PS promete intensificar "um conjunto de contactos com empresários e associações empresariais, elementos centrais para que a economia portuguesa reencontre o rumo certo e para que seja possível voltar a criar emprego", afirmando de "forma particularmente enérgica" a sua "oposição às medidas que visem desmantelar o ainda frágil modelo social português, designadamente as alterações ao subsídio de doença e as que



O défice das políticas sociais tem como consequência o aumento da insegurança, área onde o Governo tem revelado uma ineficácia total

se anunciam ao subsídio de desemprego". Para o PS, "o défice de políticas sociais e um total desprezo e abandono das políticas de inserção, que se sente de forma particularmente dramática num momento de crise económica, como este que vivemos, tem como consequência um intensificar da insegurança dos cidadãos, área onde a acção do Governo tem revelado uma ineficácia total".

A Comissão Política decidiu também que "o sector da saúde continuará a ser alvo de especial atenção". Assim, "na sequência de um intenso programa de actividades em torno desta questão e das jornadas parlamentares de Dezembro", o PS apresentará no Parlamento um conjunto de diplomas que passam pela "defesa de modelos de gestão inovadores, mas pela recusa liminar de qualquer medida que vise desvirtuar a natureza pública do Serviço Nacional de Saúde, designadamente através da possibilidade de existência de

um tratamento diferenciado dos doentes que têm seguros de saúde privados".

Por outro lado, o documento refere que "é com grande preocupação que o Partido Socialista tem vindo a acompanhar o acentuar da inércia governativa da justiça, arrastando consigo preocupantes sinais de descrença no funcionamento de um sector absolutamente vital para o regular funcionamento do Estado de Direito, para a afirmação dos valores da cidadania e para a boa regulação das actividades económicas e sociais".

Neste quadro, a Comissão Política "recomenda ao Grupo Parlamentar que considere e promova as iniciativas adequadas a recenter o imperativo das reformas da justiça como tema de relevo no conjunto da acção política".

Por outro lado, o PS "considera oportuna a apresentação, para debate público e subsequente apreciação legislativa, de uma iniciativa que claramente se oriente para o

reforço da boa eficiência da prevenção e do combate ao crime, a efectiva responsabilidade dos sujeitos e a garantia de concretização dos princípios constitucionais relativos à dignidade e aos direitos fundamentais das pessoas".

No domínio da Administração Pública, o PS "reafirma a sua "disponibilidade para levar a cabo transformações gradualistas, que visem efectivamente a modernização dos serviços públicos".

Salientando ser "favoráveis à introdução do contrato individual de trabalho e de mecanismos de avaliação", os socialistas consideram, no entanto, que "estas alterações têm de ser feitas de forma negociada e não do modo incompetente como a maioria tem levado a cabo, ao ponto de apresentar condições de trabalho mais penalizadoras para a Função Pública do que aquelas que hoje existem para o próprio sector privado".

Neste domínio, o PS avisa o Governo que se "continuar a substituir o diálogo construtivo pela incompetência", continuará a ter "a mais veemente oposição".

Em defesa da Constituição

A Comissão Política reafirmou ainda a decisão de concluir a revisão constitucional naquilo que tem a ver com as regiões autónomas, com a limitação de mandatos e com a autoridade reguladora, "afastando qualquer iniciativa que vise abrir um processo global de revisão constitucional".

No que toca à reforma do sistema político, "continuamos a ter como única resposta à nossa dinâmica reformista, corporizada na apresentação de oito diplomas, uma total inércia da maioria", refere a resolução. Tendo em conta a "actual conjuntura política e a necessidade de dar combate à política da maioria, que tem empurrado o País para uma profunda crise económica e social", a Comissão Política "reitera ainda a determinação do Partido Socialista em intensificar a sua acção, designadamente continuando a envolver de modo cada vez mais intenso todos os membros desta Comissão na acção quotidiana do partido, através de uma articulação mais próxima com as secções, concelhias e federações". A Comissão Política sublinha, por outro lado, "o papel do Gabinete de Estudos" que, no âmbito dos trabalhos que levarão à apresentação das alternativas do Partido Socialista já no próximo Congresso, se prepara para organizar "um conjunto de Fóruns Temáticos para as Novas Políticas". A Comissão Política decidiu ainda que, quando se está a meio da legislatura, o Partido Socialista "desenvolva um conjunto de iniciativas de avaliação rigorosa do incumprimento das promessas a que se obrigaram na campanha eleitoral de Março de 2002, os partidos da coligação actualmente no poder".

FERRO EM AVEIRO

REGRESSAR ÀS VITÓRIAS ELEITORAIS PARA O PS

As europeias deste ano serão o ponto de viragem com o regresso do PS às vitórias eleitorais. Também nos Açores os socialistas apostam na renovação do mandato de Carlos César. Por isso, 2004 reveste-se de crucial importância, não só para o Partido, mas também para o País.

Esta mensagem de esperança foi transmitida pelo secretário-geral num jantar que culminou uma visita ao distrito de Aveiro, na passada segunda-feira, ocasião em que, perante militantes na Mealhada, se manifestou convencido de que a memória dos portugueses não falhará e "fará um grande protesto contra a mentira eleitoral que teve lugar em 2002". Ferro defendeu que "as europeias têm

de ser acompanhadas de um balanço do que se passou" no País, nos últimos tempos, frisando que 2004 é também o ano de um congresso muito importante para o PS e de abertura de "um novo ciclo eleitoral de autárquicas, legislativas e presidenciais, para além das eleições regionais".

"Estou convencido que Carlos César voltará a ganhar nos Açores. Estou certo que conduzirá o PS à vitória, mesmo com a falsa unidade de dois partidos que nunca se deram bem", perspectivou, convicto, para sublinhar depois que este ano começou mal para o nosso país.

"Ficámos a saber pelo Banco de Portugal que o ponto médio de crescimento é apenas de 0,75 por

cento, contra 1,8 da União Europeia", lembrou, questionando se será esta a retoma de que tanto se vangloria o Governo, "contente com a sua mediocridade".

Segundo Ferro Rodrigues, a única boa notícia foi que, "ao contrário da propaganda insistentemente divulgada, entre 1995 e 2001 houve um crescimento sempre acima da média europeia". Assim, lamentou, "estamos a perder, nos últimos dois anos, o que conquistámos durante seis anos", para de seguida o que chamou de "pior governo desde o 25 de Abril em termos de competência".

Ferro Rodrigues advertiu também que os partidos da coligação de direita não contarão com o PS para pôr em causa

a Constituição, mas apenas para "uma revisão cirúrgica em quatro ou cinco matérias necessárias".

O secretário-geral deixou ainda recados ao PSD e ao CDS sobre a reforma da administração: "Não admitiremos que continue esta via de ataques à função pública". Recorde-se que Ferro Rodrigues dedicou o passado dia 12 a visitar o distrito de Aveiro, para avaliar no terreno a verdadeira situação desta região.

De manhã, o secretário-geral esteve em Ovar para discutir os problemas da orla costeira. Durante a deslocação que se seguiu, à Lagoa de Paramos (Esmoriz), Ferro quis saber mais a respeito do problema

da sua despoluição, cuja responsabilidade foi cometida à SIMRIA pela governação socialista e que ainda está por concretizar.

À visita da Fábrica Subercor/Mozelos, de Santa Maria da Feira, seguiu-se, depois de almoço, uma reunião com empresários, na Associação Portuguesa de Cortiça, onde se debateram questões relativas à economia e ao investimento.

A meio da tarde, na Universidade de Aveiro, o líder socialista sublinhou a urgência da criação do Instituto da Ria, crítico o desinvestimento na ciência, na investigação e no ensino superior e abordou a problemática da erosão costeira, no Departamento de Ambiente.

SALÁRIO MÍNIMO

AUMENTO DE 2,5 POR CENTO INDUZ A POBREZA E FOMENTA AS DESIGUALDADES

O aumento do salário mínimo em 2,5 por cento aprovado pelo Governo foi duramente criticado pelo PS, que considerou ser esta decisão "mais uma prova de que a aliança Durão Barroso e Paulo Portas é sempre forte com os mais fracos e fraca com os mais fortes".

Em comunicado, a direcção do PS afirma que "a evolução dos salários dos trabalhadores mais mal pagos vai seguramente representar o segundo ano consecutivo em que estes perdem poder de compra", salientando que "o crescimento do salário mínimo para 2004 é inferior à inflação prevista para Portugal pela União Europeia".

O PS considera que esta decisão, para além de "socialmente inaceitável" e de constituir "um sinal errado do ponto de vista económico", não serve ainda "o aumento da competitividade das empresas nem o bem-estar das famílias".

Para os socialistas, o valor aprovado pelo Executivo de direita para o salário mínimo no próximo ano "é um novo sinal de que, por acção do Governo, 2004 será mais um ano negativo para a grande maioria dos portugueses". "Depois de seis anos em que o salário mínimo sempre evoluiu claramente acima da inflação, o dr. Durão Barroso está empenhado em destruir o verdadeiro significado deste salário: uma defesa dos mais frágeis e desfavorecidos entre os trabalhadores", acusa o PS.

Para o deputado do PS Rui Cunha, este aumento de dez euros do salário mínimo "induz a pobreza e fomenta as desigualdades", criticando o valor por "ficar aquém da inflação" e não ter em conta "o aumento da produtividade".

"O Governo prometeu equiparar as pensões ao salário mínimo nacional mas, como o PS sempre disse, o que o Governo quer é equiparar o salário mínimo às pensões", acusou.



SEGURANÇA

VAZIO NAS SECRETAS PREOCUPA SOCIALISTAS

O "vazio" criado no Conselho de Fiscalização dos serviços de informações e no Serviço de Informações de Segurança (SIS) está a preocupar os socialistas. O deputado Vitalino Canas disse não saber se a maioria governamental quer fazer alterações neste órgão, mas reclama o início das negociações entre PS e PSD para que se encontre "rapidamente" um consenso sobre os três nomes que será preciso indicar pela Assembleia da República.

Quanto à nomeação de um director para o SIS, recorda que está em curso um processo de reforma dos serviços de informação, para o qual o Governo pediu a colaboração do PS.

"Houve uma reunião sobre essa matéria há cerca de um mês, mas ainda não se vê fumo branco", declarou o deputado, que considerou que essa reestruturação "deve ocorrer com alguma urgência", uma vez que "os vazios arrastam-se há muito tempo".

"O Governo está a esquecer-se desta área fundamental quando vamos ter um acontecimento importante no País [o Euro 2004], que requer a troca e análise de informações muito atenta e profunda. É preciso uma relação estável com os serviços de informações estrangeiros", sublinhou.

POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO

DESNORTE E CONTRADIÇÕES

Aprovada há cerca de um ano, a Lei da Imigração continua por regulamentar devido a evidentes divergências do Governo sobre esta matéria.

Na verdade, como nos disse Celeste Correia, "não se entende qual a política de imigração do Governo, isto porque as contradições vindas a público são tantas e o que se vê é que o discurso balanceia entre a retórica de direita do PP que associa perigosamente a imigração à insegurança, e o de integração feito por Morais Sarmento e Feliciano Duarte". Segundo a deputada socialista, "o primeiro é um discurso que por exemplo parece querer rejeitar liminarmente um novo período de legalização dos imigrantes indocumentados".

Já a retórica do PSD, segundo a mesma responsável, "é mais humanista ao defender a legalização dos imigrantes que têm descontado para a segurança social e para o fisco, além de também preconizar medidas de protecção social para os filhos dos imigrantes e ter em vista o reagrupamento familiar".

Contudente, Celeste Correia recorda que "desde há muito tempo que o dr. Paulo Portas tem feito pessoalmente um discurso duro virado para a direita do PP, mas não nos podemos esquecer algumas posições, no mínimo infelizes, do próprio primeiro-ministro, por



exemplo em Espanha, onde se referiu de forma muito desalegre às posições dos socialistas espanhóis sobre imigração".

Por outro lado, a deputada que no âmbito do Grupo Parlamentar do PS se ocupa desta matéria, tem a esperança de que "talvez o PP comece a ser sensível às notícias sobre as novas posições da Administração Bush que pretende duas coisas: regular fluxos e integrar imigrantes". Reconhecendo que estes

são os dois eixos que definem uma política de imigração, Celeste Correia espera que "no seio do Governo vença a linha mais humanista e que este não se esqueça que os imigrantes constituem já 10 por cento da população activa e que a prazo podem vir a garantir a sustentabilidade da Segurança Social". Nas declarações que prestou ao "Acção Socialista", a deputada sublinhou ainda que "os imigrantes não tiram nada aos portugueses, antes acrescentam".

ATRASOS NO RMG E SUBSIDIO DE DESEMPREGO

INCOMPETÊNCIA E DESCORDENAÇÃO

Os escandalosos atrasos nos pagamentos do Rendimento Mínimo Garantido - rebaptizado de Rendimento Social de Inserção - e do subsídio de desemprego, mostram a verdadeira face deste Governo que é a de ser forte com os fracos. Em declarações ao "Acção Socialista", Pedro Adão e Silva manifestou a sua "grande preocupação com a insensibilidade do Governo que é tanto mais grave quando estamos em período de crise que afecta de forma dramática as famílias e os mais fracos que se vêem numa situação de doença ou de desemprego". Para este dirigente socialista, "o ministro Bagão Félix é o agente activo de uma contra-



reforma social que visa dismantlar a protecção social em Portugal que já era, como todos sabemos, frágil".

"Mas, para além da opção ideológica do ministro, estes atrasos revelam aquilo que é outra característica deste Governo: uma profunda incompetência mesmo na concretização das suas próprias medidas", sublinhou.

Segundo Pedro Adão e Silva, "esta incompetência é particularmente grave porque atinge aqueles que mais precisam, os doentes e os desempregados. É também o sinal de que há uma total paralisia e descordenação dos serviços do Ministério do Trabalho e da Segurança Social".

AUTARQUIAS LOCAIS

DUPLA TUTELA É INCONSTITUCIONAL

O Orçamento de Estado para 2004, ao exigir autorização prévia para o acesso dos municípios ao crédito bancário, "está a violar grosseiramente a Constituição, transformando as câmaras em serviços na dependência do Governo" e transgredindo o princípio da autonomia local. Esta a denúncia feita pelo deputado José Augusto de Carvalho, que, em declarações ao "Acção Socialista", recordou que a Lei Fundamental consagra uma única tutela governa-

mental sobre as autarquias, consistindo esta na "verificação da legalidade".

Ora, o n.º 6 do artigo 20º da Lei do OE para 2004 estabelece a possibilidade de os municípios acederem ao crédito bancário para projectos comunitários, desde que autorizados por despachos de dois ministros.

"Tal disposição é uma grosseira violação da Constituição da República Portuguesa que, inequivocamente, abre a porta para que as autarquias locais vejam posto em

causa o seu estatuto constitucional", disse o deputado, acrescentando que "a lei pode e deve fixar os termos e as condições gerais de contracção de empréstimos, mas não os pode fazer depender de qualquer autorização prévia do Executivo".

Para José Augusto de Carvalho, "com estas e outras atitudes da direita que nos desgoverna percebe-se melhor o frenesim em quererem rever, descaracterizando a Constituição".

ANTÓNIO COSTA NA AR

ESTA É A LEGISLATURA DA DIVERGÊNCIA COM A MÉDIA EUROPEIA

“Este Governo de Durão Barroso já conseguiu fazer pior que o pior Governo do professor Cavaco”, declarou António Costa numa intervenção política de fundo na abertura dos trabalhos parlamentares após as férias de Natal e Ano Novo. Baseando-se nos números mais recentes divulgados pelo Eurostat, o líder da bancada socialista sublinhou que, “com esta política, Portugal crescerá sempre menos que a Europa até 2006”, ao contrário do que aconteceu com os governos de António Guterres, em que o nosso país cresceu e convergiu com a média da União Europeia.

Falando no período de antes da ordem do dia, António Costa referiu que o ano abriu com “uma boa e uma má notícia para os portugueses”.

Segundo o presidente do Grupo Parlamentar do PS, a “boa notícia” veio do Eurostat, ao confirmar que “Portugal convergiu com a Europa, todos os anos, entre 1995 e 2001”, durante os governos socialistas.

“A herança socialista está quantificada”, disse, lembrando que “de 1995 a 2001, o produto interno bruto ‘per capita’ subiu de 66 para 71 por cento da média comunitária”, resultado que “demonstra as falsidades ditas pelo PSD na última campanha eleitoral e que prova o erro grosseiro de análise do actual Governo”. Segundo António Costa, a “má notícia” surge na sequência da divulgação do mais recente relatório do Banco de Portugal, prevendo que “com esta política, Portugal crescerá sempre menos que a Europa até 2006”, acrescentando que “chegaremos ao final desta legislatura mais longe da Europa, do que estávamos. Estaremos ao nível de 1998. Ou seja, andaremos oito anos para trás”.

PIB diminui e desemprego cresce

Entre as consequências nefastas da política económica e financeira prosseguida pelo actual Governo, destacou o facto de o



PIB ter vindo a diminuir desde há cinco trimestres consecutivos, o que constitui “um recorde europeu”.

Mas, acrescentou, “é também um recorde nacional”, uma vez que “esta recessão é mais longa e mais profunda que em 1993”. António Costa passou depois também em revista os números negros dos indicadores sociais, resultantes de uma evolução “tão má” que “desacreditou todas as projecções do Governo” e “obrigou entidades credíveis como o Banco de Portugal a rever sucessivamente em baixa as suas previsões”.

Assim, recordou, desde Abril de 2002 registou-se uma “drástica subida do desemprego”, estimada em 36 por cento, com particular incidência nos jovens e licenciados, o que também constitui “um recorde europeu”, uma vez que “o desemprego cresceu em Portugal seis vezes mais do que na União Europeia”.

Também no poder de compra das famílias houve graves consequências, segundo António Costa, apontando o facto de 2003 se ter verificado um “crescimento negativo dos salários (-8 por cento)”, enquanto “a inflação atingiu 3 por cento”, com alguns bens e serviços essenciais, como habitação, água, electricidade, gás, transportes, vestuário, calçado e educação

a “crescerem claramente acima da média”. Numa intervenção aplaudida de pé pela bancada socialista, António Costa falou ainda da mais recente sondagem do INE, que confirma o clima de pessimismo dos portugueses, superando o anterior mínimo registado em 1994.

Por isso, concluiu, “só este clima de pessimismo derrotista é que explica a satisfação da maioria pelo relatório do Banco de Portugal”, que “veio, pela segunda vez consecutiva, rever em baixa as suas previsões de crescimento, investimento, exportações e rever em alta a inflação”.

“Como é possível esta satisfação?”, perguntou, explicando que “só em 2004 o Banco de Portugal prevê crescermos 0,75 por cento, quando a UE vai crescer 2 por cento”.

Acusando o Governo de “falta de ambição” e “conformismo” face a esta divergência com a Europa, ao contrário de tudo o que foi prometido, António Costa convidou a maioria de direita a mudar a sua política. É que, alertou, “Portugal e os portugueses não podem perder mais tempo”.

J. C. CASTELO BRANCO

(Veja, a propósito, o gráfico da última página)

EM DEFESA DA LIBERDADE DE IMPRENSA

A alteração da Lei da Imprensa não é uma prioridade para o Partido Socialista, afirmou o secretário-geral do PS, na sequência de uma proposta feita nesse sentido na Assembleia da República por uma deputada do PSD, que defendeu a introdução de limitações à liberdade de imprensa.

O PS, enquanto partido fundador da democracia e defensor de todas as liberdades, recusa dar passos que coarctem a liberdade de expressão, mesmo em circunstâncias difíceis e injustas como as que tem vivido nos últimos tempos. “Sempre fomos um partido que se bateu pela liberdade de imprensa, mesmo sendo atacados de

forma injusta com calúnias. Mas as calúnias são para se resolver nos tribunais”, respondeu o secretário-geral do PS, pouco antes da última reunião da Comissão Política.

O que os socialistas defendem, afirmou Ferro Rodrigues, é a criação de uma nova entidade reguladora para a comunicação social, em substituição da Alta Autoridade. “O nosso respeito pela liberdade de imprensa é absoluto”, referiu.

Recorde-se que esta tomada de posição surge na sequência de mais algumas calúnias sem nome contra destacados militantes socialistas, na sequência da divulgação de cartas anónimas anexas

ao processo Casa Pia, tendo havido inclusivamente uma revista que ignominiosamente pôs em capa o cardeal patriarca de Lisboa, o presidente da Assembleia da República e um ex-Presidente da República socialista para os arguidos identificarem eventuais pedófilos, o que suscitou a indignação generalizada.

Relativamente a este caso, o camarada Manuel Alegre chegou a pedir, no plenário da Assembleia da República, uma reunião do Conselho de Estado para “salvaguardar as instituições democráticas e a dignidade do Estado, que tem o direito e o dever de se defender”.

Pelourinho da República



«Não vale a pena discutir o resultado. A grande questão é que o jogo foi muito mal jogado. Joga-se mal em Portugal. Acho que temos de repensar todo o futebol português».

Rui Santos, comentador desportivo, após a derrota do Benfica com o Sporting, SIC Notícias, 5 de Janeiro

«Tem dado muitos autógrafos?»

Pergunta do **Correio da Manhã** ao Juiz Rui Teixeira, 28 de Dezembro

«Ferro Rodrigues diz coisas concretas e que têm que ser verificáveis. Há acusações que não podem ser feitas pela metade.»

Pacheco Pereira em Maio de 2003, Público

«Porquê só os nomes do PS? A soma de mais um nome de topo do PS tem dois resultados que parecem desejados pelo autor da fuga. Um, a ideia de que o processo da Casa Pia é um processo contra o PS, envolvendo toda a elite socialista. Outro é o de que cada nome acrescentado, em particular nomes com forte efeito de inverosimilhança, desvaloriza todos os anteriores.»

Idem, Público, 8 de Janeiro

«Isto é a teoria da cabala - ao contrário.»

Ruben de Carvalho, DN, 10 de Janeiro

“[A eventual intenção de Pedro Santana Lopes candidatar-se à Presidência da República] continua e continuará a incomodar. Porque é jovem; porque tem carisma; porque é mobilizador do eleitorado feminino, porque realizou ‘coisas’ nos cargos que foi ocupando e desempenhando; porque fala bem. E também (‘last but not...’) porque é e confessa ser ambicioso.”

José Manuel Homem de Mello, advogado e apoiante das candidaturas presidenciais de Mário Soares e Cavaco Silva, Público, 4 de Janeiro

“Sobra-lhe, todavia, uma ‘virtude’ que a todos supera: sendo pelo menos tão bom quanto os demais, é mais jovem do que qualquer um. O que representa, caso venha a ser eleito, o salto de geração capaz de proporcionar num país como o nosso, pouco menos do que adormecido, o choque político capaz de acordar Portugal.”

Idem

«Como Secretária de Estado da Cultura a minha antecessora gerou desigualdade no teatro e deixou um panorama confrangedor na música.»

Excerto do livro de **Pedro Santana Lopes** sobre Teresa Patrício Gouveia, actual ministra dos Negócios Estrangeiros, DN, 10 de Janeiro

«Este ano há jogos olímpicos.»

Justificação de **Manuel Falcão** para não haver mais «sociedade civil» no canal A Dois, Público, 5 de Janeiro

«Se Deus quiser, este ano comemoramos os 30 anos do 25 de Abril.»

Mensagem de Natal de **Durão Barroso**, RTP, 25 de Dezembro

REVISÃO CONSTITUCIONAL

PS INSISTE EM ALTERAÇÃO CIRÚRGICA

António Costa reafirmou a intenção do PS de proceder apenas a um processo "cirúrgico" e "fulminante" de revisão constitucional, anunciando.

Para que não restassem quaisquer dúvidas, a advertência do líder da bancada socialista foi feita logo na abertura da primeira reunião de trabalho da Comissão Eventual para a Revisão Constitucional, que se realizou no passado dia 6, no âmbito de um processo que se prevê concluído até meados de Março.

De acordo com o líder parlamentar, em Portugal "não há qualquer problema constitucional" e, por isso, os socialistas "não aceitarão que o processo de revisão sirva para distrair os portugueses da crise económica que o País atravessa".

"O PS recusa liminarmente a revisão integral da Constituição da República proposta pela maioria, que começa na tentativa de alteração do preâmbulo e termina nos próprios limites materiais da Lei Fundamental", frisou o



presidente da bancada socialista, que caracterizou de seguida a proposta do PSD/CDS como inserida "numa deriva neoliberal", visando "esbater direitos sociais".

"A revisão constitucional proposta pela maioria está morta e não vale a pena perder tempo", adiantou, antes de especificar que os socialistas só aceitarão discutir "o aperfeiçoamento" dos poderes das autonomias regionais dos Açores e da Madeira, a limitação de mandatos para titulares de cargos

políticos e a extinção da Alta Autoridade para a Comunicação Social (sendo criada uma nova entidade para a substituir).

Quer em relação ao ponto referente à limitação de mandatos de titulares de cargos políticos, quer no que respeita à Alta Autoridade para a Comunicação Social, António Costa demonstrou abertura para a negociação política, dizendo que as propostas da maioria de direita constituem propostas de trabalho.

TRÊS PERGUNTAS A ALBERTO MARTINS

Porque é que o PS não aceita a proposta de revisão constitucional da maioria?

A Constituição da República Portuguesa é a lei fundadora do Estado Democrático nascido no 25 de Abril. Ela define um Estado de Direito Democrático e Social, garante da Liberdade, da dignidade da pessoa humana e da realização da justiça social.

As sucessivas alterações constitucionais, mantendo a matriz originária da Constituição de 1976, consagram um sistema político representativo e o aprofundamento da democracia representativa; a abertura pluralista da organização económica e social, numa economia de mercado; a clarificação das autonomias regionais e o alargamento dos direitos fundamentais e, ainda, os necessários ajustamentos decorrentes da inserção no projecto da União Europeia e da aceitação da jurisdição do Tribunal Penal Internacional.

Concluído este processo evolutivo vivemos uma fase de consolidação da estabilidade constitucional em que a Assembleia da República, actualmente investida de poderes constituintes, deve exercer os seus poderes na estrita medida das necessidades do aperfeiçoamento democrático.

Não estamos disponíveis, para um ajuste de contas restauracionista com o 25 de Abril e a Constituição vigente. Recusamos um projecto de aliança orgânica de direita que põe tudo em causa desde o preâmbulo da Constituição, passando pela criação de um Senado legislativo com membros vitalícios, à possibilidade de captura dos poderes de revisão da Assembleia da República pela via referendária, até à revisão dos limites materiais de revisão (pondo em causa a natureza republicana do regime).

O que é uma revisão cirúrgica da Constituição?

A Assembleia da República só deve assumir os seus poderes constituintes na estrita medida das necessidades urgentes de aperfeiçoamento das instituições democráticas.

O processo de revisão ordinária da Constituição que iniciamos teve, por isso, como objectivo regular as matérias respeitantes às Regiões Autónomas; e surgiu na premência da estabilização de um quadro constitucional autónomo, articulado com as necessárias alterações das leis eleitorais regionais, prévias às próximas eleições regionais.

Com a evolução dos trabalhos da Conferência Intergovernamental, e gorada a adopção de uma Constituição europeia, emergem como materiais susceptíveis de integrarem a próxima revisão a criação de uma autoridade reguladora da Comunicação Social e a fixação do princípio da limitação dos mandatos dos cargos políticos. São estes os limites, temporais e temáticos da revisão necessária.

O que se pode esperar do processo de revisão constitucional?

O Partido Socialista reitera, veementemente, que não está disponível para dar o seu voto necessário à configuração dos dois terços da revisão em qualquer outras matérias essenciais que não a respeitante às Autonomias Regionais, à autoridade reguladora e limitação de mandatos.

Os portugueses não entenderiam que nos envolvêssemos numa discussão constitucional desnecessária, sem o prévio cumprimento de compromissos anteriores, tendo como pano de fundo as velhas opções ideológicas da direita, que tentam encobrir os graves problemas económicos e sociais dos portugueses.

Pela nossa parte esperamos poder alcançar uma revisão que consolide o quadro constitucional e legislativo eleitoral dos Açores e Madeira, institua na autoridade reguladora na área da comunicação social com efectiva capacidade operativa, e salvaguardando o princípio republicano da limitação de mandatos. A Constituição do Estado Democrático e Social é uma lei com a dimensão prospectiva que nos identifica na busca de uma sociedade livre, justa e solidária.

CONSUMO

SOBREENDIVIDADOS NÃO DEVEM SER LANÇADOS À EXCLUSÃO

Os socialistas defendem que os consumidores devem ter direito a beneficiar, em situação de sobreendividamento involuntário, de uma segunda oportunidade para recomeçar uma nova vida. Mais, o Partido Socialista também quer ajudar a estabelecer um sistema de regulação preventiva para casos de endividamento excessivo de particulares, através da criação de uma rede de centros de aconselhamento dos consumidores.

De acordo com os deputados socialistas Osvaldo Castro e Acácio Barreiros, o projecto do PS, que esteve em discussão no plenário da Assembleia da República, no passado dia 8, que foi reprovado pela maioria, consagra, além do aspecto relacionado com a prevenção, a necessidade do Estado assumir e desempenhar um papel activo de mediação nas situações em que os cidadãos endividados se revelam incapazes de cumprirem as suas obrigações perante os credores.

Tratava-se pois, de constituir um sistema integrado de "mediação prévia obrigatória e de decisão judicial", com funções de homologação ou de recurso, a cargo dos Julgados de Paz. A estas instâncias jurídicas competiria promover a aprovação de um plano de reestruturação do passivo das pessoas singulares.

Nos casos de sobreendividamento, ou seja, de falência ou incapacidade de cumprir o pagamento das dívidas de consumidores singulares, o diploma do PS pretendia entregar aos julgados de paz a tarefa de procurarem um acordo entre devedor e credor por via de uma reestruturação de passivos, evitando-se que este tipo de casos passassem imediatamente para os tribunais comuns, "sem qualquer tipo de custos".

A apoiar as teses do PS, as docentes universitárias Maria Manuela Leitão Marques e Catarina Frade defenderam, no passado dia 8, a compatibilização do diploma do Executivo e do projecto do PS sobre prevenção e tratamento destas situações.

As palavras das duas representantes do Observatório do Endividamento dos Consumidores foram proferidas durante um *briefing* promovido pelo Grupo Parlamentar

do PS, e visaram, sobretudo, apelar a um consenso e alertar para a necessidade de se fazer um debate sobre o assunto, num contexto em que a crise económica, "as incertezas da vida" e o crescimento do desemprego não promete melhorias nas estatísticas do crédito mal parado.

Para superar essas diferenças entre socialistas e o Governo, Maria Manuela Leitão Marques defendeu a possibilidade de a futura lei filtrar mais as situações em que o cidadão endividado poderá recorrer à mediação do julgado de paz, vedando essa hipótese a pessoas com casos crónicos de sobreendividamento.

"O sistema de mediação apareceu nos Estados Unidos não por razões de defesa do Estado social, mas por motivos puramente liberais, de forma a dar ao cidadão endividado mais uma oportunidade para o pagamento dos seus compromissos em relação ao credor", apontou.

O projecto socialista tem as soluções mais avançadas

A professora universitária de Coimbra considerou ainda essencial a existência de um sistema de mediação "para o País conhecer quantos são e a que escalão social pertencem" os cidadãos em situação de sobreendividamento. É que, disse, sabe-se apenas que o fenómeno, em casos de pessoas singulares, está a crescer em Portugal, quer por via "da democratização do acesso ao crédito",

quer por via do "crescimento do desemprego".

Mas não só os consumidores em dificuldades teriam benefícios com a aprovação do projecto socialista, cujos métodos já foram testados e bem sucedidos em vários países da Europa. "O sistema de mediação beneficiará também os credores", destacou o deputado Osvaldo Castro, acrescentando que "sem sistema nenhum (como acontece actualmente), parte dos cidadãos em situação de insolvência entra em depressão e outra parte paga apenas ao primeiro dos seus credores, deixando os outros sem nada".

No plano político, o parlamentar antecipa a eventualidade de a maioria de direita inviabilizar a aprovação na generalidade do projecto do PS, o que de facto veio a verificar-se, frisando: "Se o nosso projecto for chumbado, tratar-se-á de uma reprovação meramente administrativa por parte da maioria PSD/CDS, que se justificará apenas por a ministra da Justiça, Celeste Cardona, ter as setas da sua popularidade em baixo". Osvaldo Castro referiu igualmente que o PS "não pretende transmitir a ideia de que descobriu a pólvora em matéria de soluções para casos de sobreendividamento".

"Pretendemos apenas alinhar Portugal com as soluções mais avançadas aplicadas na Europa e nos Estados Unidos", concluiu.

MARY RODRIGUES

O projecto do PS assenta nos seguintes princípios:

CELERIDADE – evita que uma decisão demasiado tardia se transforme numa não-solução, devido ao agravamento da situação do devedor

PROXIMIDADE – facilita e desformaliza o acesso e permitindo a participação das partes na decisão

PROPORCIONALIDADE – adequa os meios e as garantias à gravidade do litígio

SUBSIDARIEDADE – recorre ao processo judicial apenas quando não existam outras formas mais simples de se obter uma solução justa e equilibrada.

REUNIÃO COM SINDICATOS

CONTRA DESPEDIMENTOS COLECTIVOS NA FUNÇÃO PÚBLICA

Os "atropelos" às leis e à própria Constituição da República "feitos todos os dias" pelo Governo, no sector da administração pública, mantém o PS em clima de "grande preocupação", conforme manifestou, no passado sábado, o líder socialista.

Em declarações à Comunicação Social, após uma reunião da direcção do Partido com os sindicatos UGT da Função Pública, Ferro Rodrigues disse estar de acordo com contratos individuais de trabalho e com a necessidade de avaliação na Administração Pública, avançando que os socialistas tem propostas sobre a matéria.

Contudo, o secretário-geral não deixou de denunciar a pretensão governamental de "subverter" todo um tratamento "democrático, lógico e não partidarizado" da administração, cujos funcionários com contrato individual teriam um tratamento pior do que os do sector privado.

Salientou que a reestruturação de serviços proposta pelo Governo abre caminho ao despedimento colectivo de trabalhadores com contrato individual sem qualquer justificação, o que põe em causa todos os valores legais e constitucionais, frisou.

Para Ferro, a posição do Governo é a de que as melhorias de competitividade de Portugal terão de se conseguir "sobre as ruínas" do já fraco Estado social que o País tem.



A reforma da Administração Pública não pode ter os trabalhadores como a alvo a abater

"Não aceitaremos que os contratos individuais de trabalho sirvam para precarizar o emprego na Administração Pública e, em sede de especialidade, na Assembleia da República, apresentaremos propostas alternativas à do Governo", reiterou Ferro, que criticou ainda a "apreensão que se vive no sector por causa de medidas do Governo que

alteram o estatuto de aposentação e que proporcionam aumentos salariais abaixo da inflação", razões que considerou estarem na origem da greve geral da Função Pública marcada para o dia 23. Ao "Acção Socialista", Alexandre Rosa, ex-secretário de Estado da Administração Pública Alexandre Rosa, informou que, na reunião, o líder do PS tinha

explicado às duas estruturas sindicais que "concorda com a introdução dos contratos individuais de trabalho e com a avaliação do desempenho na Administração Pública", mas que está "frontalmente contra" a forma como o Governo pretende introduzi-los, associando-os à possibilidade de despedimento colectivo.

Preocupações dos sindicatos

Por seu turno, Bettencourt Picanço, presidente do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE), acusou o Executivo de propor um conjunto de alterações que não vão no sentido de melhorar o funcionamento da Administração Pública, mas sim no sentido do ataque aos trabalhadores e às suas carreiras, para além de desautorizar os dirigentes da Administração Pública ao dizer-lhes quantos bons e quantos não bons podem dar.

Relativamente à questão salarial, Bettencourt Picanço salientou que não houve negociações porque não foi apresentada qualquer proposta concreta de actualização salarial.

Já Nobre dos Santos, da Frente Sindical da Administração Pública (FESAP), explicou que os sindicatos deram conta ao secretário-geral do PS das suas preocupações com as negociações salariais e com as posições do Executivo para a função pública, que "configuram um desmantelamento da função social do Estado".

Nobre dos Santos acrescentou que as estruturas sindicais agradeceram ao PS a sua posição de pedir a fiscalização sucessiva da constitucionalidade do estatuto de aposentação da Administração Pública.

MARY RODRIGUES

REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ALTERAÇÕES À PROPOSTA DO GOVERNO EM PREPARAÇÃO

Os socialistas vão apresentar propostas de alteração para eliminar a possibilidade de despedimento colectivo, no contexto da introdução da figura do contrato individual de trabalho na Função Pública.

Em declarações ao "Acção Socialista", o deputado Artur Penedos garantiu que as alternativas a serem apresentadas, em breve, pela bancada do PS, irão no sentido de retirar "tudo quanto são nulidades" e introduzir mecanismos de credibilização no modelo de avaliação do desempenho dos funcionários do Estado, baseados no rigor e na transparência.

"O secretismo não pode vigorar", frisou, acrescentando que o PS pretende "acabar também com o sistema de quotas proposto pela maioria".

Artur Penedos manifestou igualmente a total disponibilidade da bancada socialista para participar num processo construtivo de reforma da Administração Pública. Mas, para isso, "o Governo terá de rectificar o rumo". Só se o fizer, avançou, "terá o voto favorável do PS".

No passado dia 7 de Janeiro, Artur Penedos explicava perante os seus pares, no

Parlamento, que o Partido Socialista entende que "uma boa reforma da administração pública exige que se avance com modelos desburocratizados e mais flexíveis de gestão". Mas, ressaltou então, as iniciativas legislativas da maioria "contêm soluções que manifesta e inconstitucionalmente se afastam deste objectivo e que em nada contribuirão para a prestação de melhores serviços aos cidadãos".

Pelo contrário, "da sua aprovação resultarão uma maior precarização e degradação dos vínculos laborais, no seio da Função Pública, a partidarização e instrumentalização inaceitável da máquina administrativa" do Estado.

Para Artur Penedos, com a apresentação destes diplomas, o Governo elegeu os funcionários públicos como "inimigos a abater", pelo que a sua actuação "não é de confiança".

O modelo defendido pelo Executivo implica prejuízos para as pessoas que nem sequer o polémico Código do Trabalho estabeleceu como admissíveis para as empresas privadas, fazendo do Estado "o pior de todos os empregadores".

"A todos esses malefícios dizemos não", afirmou, categórico, o parlamentar, acres-

centando que a maioria de direita não poderá contar com o PS para "pactuar na consagração de soluções gravosas e incoerentes".

Quanto à proposta que relativa à instituição de um sistema de avaliação do desempenho da Administração Pública, Penedos afirmou que, "também nesse domínio, o Governo trilha caminhos sinuosos, apostando num modelo de avaliação caracterizado por uma forte complexidade, indefinição e opacidade".

Artur Penedos sublinhou ainda a necessidade de questionar as razões objectivas para o estabelecimento de distinções entre a avaliação dos funcionários públicos e a dos dirigentes intermédios, criticando o facto de os máximos responsáveis ficarem isentos.

"A tão propagada responsabilização recai apenas sobre uma parte da Administração Pública?", questionou, para de seguida, concluir taxativamente: o objectivo [do Governo] não é o de modernizar ou credibilizar o sistema, o objectivo não é valorizar, dignificar e responsabilizar os trabalhadores. O objectivo é, sim, impor de forma cega e sem qualquer critério rigoroso, a redução da despesa na administração pública". M.R.

SECRETARIADO NACIONAL PEDE FISCALIZAÇÃO SUCESSIVA DO NOVO REGIME DE APOSENTAÇÃO

O diploma do Governo que altera o estatuto de aposentação dos funcionários públicos, estipulando como condição de acesso à reforma dos funcionários públicos a existência de uma carreira contributiva de pelo menos 36 anos de serviço e uma idade igual ou superior a 60 anos "está ferido de ilegalidade". Assim, o Secretariado Nacional do PS decidiu, no passado dia 6, solicitar ao Tribunal Constitucional (TC) a fiscalização sucessiva da proposta do Executivo.

"Estamos perante uma lei de valor reforçado, o que obrigava o Governo a negociar com os sindicatos representativos do sector. Mas isso, manifestamente, não aconteceu", explicou o porta-voz socialista.

Vieira da Silva lembrou ainda que as alterações ao estatuto de aposentação dos funcionários públicos constavam do Orçamento de Estado para 2003, tendo o TC concluído pela sua "ilegalidade".

"O Governo voltou a apresentar nos mesmos moldes essas medidas na Assembleia da República, aprovando-as sem ter negociado com os sindicatos do sector", salientou o dirigente do PS, referindo o motivo que levará o partido a solicitar a "verificação da legalidade" da proposta.



SECRETÁRIO-GERAL

Dia 17 de Janeiro de 2004 – às 18h00 – Ferro Rodrigues preside à sessão de encerramento da Convenção Autárquica Federativa da região Oeste em Alenquer

SECRETARIADO NACIONAL

Dia 27 de Janeiro de 2004 – No âmbito das actividades do pelouro das Relações Internacionais, vai realizar-se um colóquio sobre “Constituição europeia e governação económica”.

FEDERAÇÕES**SETÚBAL**

Dia 27 de Janeiro de 2004 – visita da presidente da Federação, Maria Amélia Antunes, e do Secretariado distrital ao concelho do Barreiro, numa acção inserida no programa de reuniões descentralizadas do Secretariado.

VILA REAL

Dia 16 de Janeiro de 2004 – às 21h30 – no Solar do Vinho do Porto, na cidade da Régua, terá lugar uma conferência subordinada ao tema “Políticas económicas e desenvolvimento sustentável no Tratado Constitucional da União Europeia”, uma iniciativa integrada no ciclo “Trás-os-Montes e Alto Douro numa Europa em transformação”. Serão conferencistas Carlos Lage e Alberto Costa.

FRO

Dia 17 de Janeiro de 2004 – Convenção Autárquica Federativa, no Fórum Romeira em Alenquer, com a participação de Maria de Belém e Ferro Rodrigues

CONCELHIAS**PORTO**

Dia 15 de Janeiro de 2004 – às 21h30 – Reunião da Comissão Política Concelhia para a apreciação do Plano Director Municipal do Porto.

Dia 17 de Janeiro de 2004 – às 10h30 – visita à freguesia de Campanhã para verificação do estado do parque habitacional.

Dia 23 de Janeiro de 2004 – Comissão Política Concelhia aberta a militantes, com a presença de Vieira da Silva.

PORTIMÃO

Dia 21 de Janeiro de 2004 – às 21h30 – prossegue o ciclo de debates públicos “Os desafios da educação à democracia portuguesa” com Augusto Santos Silva, no Auditório da Escola Secundária Manuel Teixeira Gomes.

GABINETE DE ESTUDOS

Dia 19 de Janeiro de 2004 – às 21h00 – na sede nacional do PS, no Largo do Rato, reunião do grupo de trabalho sobre o Desporto.

AGENDA PS**AVALANCHA DE AUMENTOS MOSTRA QUE 2004 VAI SER TÃO MAU OU PIOR QUE 2003**

Ao contrário do discurso mirífico do primeiro-ministro, segundo o qual “o pior já passou” e 2004 vai ser “um ano de retoma”, a avalanche de subida dos preços dos bens e serviços de primeira necessidade superior à taxa de inflação prevista é um dos muitos sinais que apontam para mais um “annus horribilis” no plano económico e social.

Ou seja, a esmagadora maioria dos portugueses vai continuar, no ano que agora começa, a sentir os efeitos nefastos da política levada a cabo por uma maioria de direita arrogante e teimosamente apostada em tudo sacrificar no altar do défice.

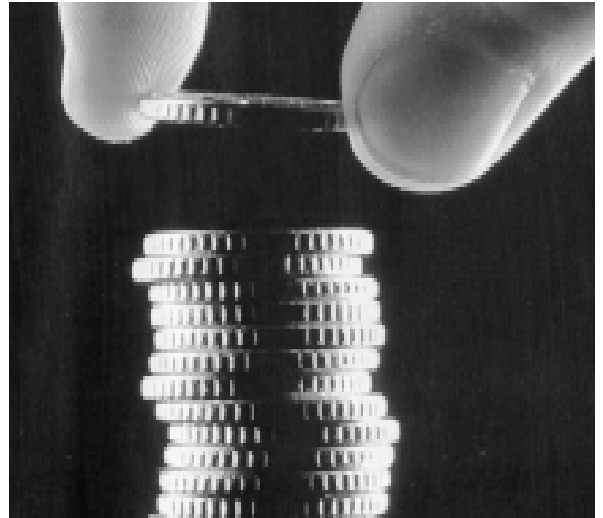
Assim, desde 1 de Janeiro os portugueses pagam já mais pela electricidade (a mais cara da UE), portagens, rendas de casa, custas judiciais, combustíveis e pão (aqui os aumentos poderão ir até aos obscenos 35 por cento), tudo com taxas de actualização superiores à inflação prevista pelo Governo para 2004.

As rendas de casa aumentam 3,7 por cento em 2004, depois de um acréscimo de 3,6 por cento em 2003.

Já nas portagens geridas pela Brisa o aumento médio será de 2,78 por cento, enquanto nas portagens das duas únicas vias geridas pela Auto-Estradas do Atlântico, os aumentos oscilam entre 1,7 e 3,4 por cento.

Por sua vez, as portagens da ponte Vasco da Gama aumentarão entre 3,3 e 5,4 por cento, enquanto as da 25 de Abril vão subir entre 3,8 e 4 por cento.

Quanto à electricidade, as tarifas para os consumidores domésticos e industriais vão ter um agravamento de 2,1 por cento.



Para não fugir à regra, também a justiça vai ser mais cara para os portugueses, já que a nova tabela das custas judiciais vai ter um aumento médio dos preços em 2,6 por cento.

Quanto aos combustíveis, ao contrário do que o Governo anunciou, fiel à cartilha da mão invisível, mal entrou em vigor a liberalização os preços subiram, tendência que continuará, segundo o alerta da DECO.

Já o pão, principal alimento para muitos idosos e famílias carenciadas, o caso é mais escandaloso, estimando-se uma subida de 35 por cento, o maior aumento em 30 anos de regime democrático, o que constitui mais um triste recorde de um Governo que tem como imagem de marca ser forte com

os fracos e fraco com os poderosos. Entretanto, para mais tarde, Fevereiro e Março, estão já prometidos novos aumentos de preços em mais bens e serviços essenciais, como táxis, transportes públicos e água, entre outros. Por outro lado, estes aumentos conjugados com a desvalorização nos salários reais, o aumento do desemprego, os cortes nas regalias sociais, a degradação dos serviços públicos, fazem prever para 2004 a continuação do agravamento das condições de vida dos portugueses, e em especial dos mais desfavorecidos. Uma realidade negra que desmente o discurso oficial da recuperação e de retoma que o Governo espera que chegue a Portugal importado do estrangeiro.

J. C. C. B.**Breves****FEDERAÇÕES**

A **Federação do Porto** e a delegação portuguesa do grupo parlamentar socialista europeu organizaram um debate subordinado ao tema “Nordeste peninsular – novas estratégias”, que teve lugar no Sheraton Porto Hotel.

Num encontro com meio milhar de militantes da **Federação de Guimarães**, Vieira da Silva afirmou que “o PS tem que, sozinho, ganhar as eleições europeias”. Face às “actuais circunstâncias”, o porta-voz socialista considera fundamental “combater eleitoralmente contra uma coligação governamental mentirosa, incompetente e medíocre” entre o PSD e o PP.

A **Federação de Santarém** acusou o Governo de ter lucrado com a recuperação de 13 casas destruídas pelos fogos no último Verão no concelho da Chamusca. Os socialistas referem que as obras realizadas no âmbito de campanhas de solidariedade orçaram em 669 mil euros, tendo o Estado participado com 86 mil euros, ao mesmo tempo que cobrava um montante de IVA de quase 107 mil euros.

Para o PS/Santarém, esta situação revela a “falta de sensibilidade, de humanismo e de capacidade organizativa do Governo para ajudar os cidadãos” e constitui um “escândalo” que deve ser denunciado.

CONCELHIAS

A **Concelhia do PS de Vila Real** acusou a câmara local de ter celebrado um “acordo de legalidade duvidosa” com uma empresa para a construção de um parque de estacionamento que “desrespeita” os planos de pormenor do Polis da cidade.

Por considerarem que se trata de uma situação de “contornos pouco claros e de duvidosa legalidade”, os socialistas vão requerer a verificação da legalidade da deliberação da autarquia junto do Ministério das Cidades, do Ordenamento do Território e do Ambiente.

Numa intervenção com que encerrou os trabalhos da **Convenção Autárquica Concelhia de Cabeceiras de Basto**, Jorge Coelho teve duros comentários à política de segurança do Governo, que responsabilizou pelo aumento exponencial da criminalidade no País.

GABINETE DE ESTUDOS

Sob o desafio “Começar por pensar que não há verdades absolutas”, o **Gabinete de Estudos do PS** promoveu no passado dia 7, no restaurante Martinho da Arcada, um jantar-debate sobre as políticas de juventude em Portugal.

Também numa iniciativa do **Gabinete de Estudos**, decorreu no dia 10, na Arrábida, um encontro sobre Sociedade de Informação, Audiovisual e Comunicações. Um grupo de trabalho de cerca de 25 pessoas esteve reunido todo o dia para discutir uma agenda aberta de assuntos ligados a estas áreas. Foi decidido criar um site para alargar a discussão, e dentro em breve haverá novo encontro focalizado na área do audiovisual.

GRUPO PARLAMENTAR DO PS

O **Grupo Parlamentar do PS** decidiu desencadear uma iniciativa sobre descriminalização da interrupção voluntária da gravidez.

Os deputados do PS eleitos pelo círculo da Guarda **Fernando Cabral** e **Pina Moura** reuniram no dia 12 com os responsáveis das AIBT's do Côa e da Serra da Estrela. O encontro, que teve como finalidade fazer um balanço da actividade de cada um destes dois programas, decorreu no Hotel Turismo da Guarda.

O deputado socialista **Laurentino Dias** quer ver resolvida a actual situação de conflito que se vive no andebol português, tendo requerido a realização imediata de uma audição com a Federação Portuguesa de Andebol, a Liga Profissional de Andebol, a Associação de Jogadores de Andebol de

Portugal, o Instituto Nacional do Desporto, o secretário de Estado do Desporto e o ministro-adjunto.

Em requerimento, o parlamentar do PS alertou para o facto do protocolo assinado entre a Federação Portuguesa de Andebol e a Liga Profissional de Andebol não estar a ser cumprido.

AUTARQUIAS

Os membros que nas últimas eleições autárquicas integraram a **lista do PS para a Assembleia de Freguesia de Darque**, Viana do Castelo, demitiram-se em bloco, provocando assim a realização de eleições intercalares.

Segundo Joaquim Perre, o socialista que presidia à Junta de Darque, esta demissão surgiu devido à postura da “maioria negativa” constituída por PSD, PP e CDU, que impedia o PS de pôr em prática o seu programa eleitoral.

JUVENTUDE SOCIALISTA

A **Juventude Socialista** pediu uma apreciação parlamentar ao diploma que revoga a concessão de crédito bonificado à habitação, assim como requereu a fiscalização sucessiva deste decreto ao Tribunal Constitucional.

PARALISIA EM LISBOA

"Grande incompetência". É assim que Miguel Coelho classifica a actuação de Santana Lopes e da sua equipa ao longo destes dois anos à frente dos destinos de Lisboa, marcados por uma política de "show-off" mediático permanente e uma completa "ausência de estratégia" que tem feito a cidade "andar para trás". O presidente da Concelhia de Lisboa do PS faz um balanço particularmente crítico aos dois anos de mandato do executivo chefiado por Santana Lopes, sustentando que houve "uma regressão" na qualidade de vida dos cidadãos, devido a uma degradação do espaço urbano.

Para Miguel Coelho, outra imagem de marca da gestão laranja da capital é a "desilusão", apontando como exemplo paradigmático o caos actualmente existente no trânsito. "Aumentaram exponencialmente na cidade as segundas e terceiras filas de estacionamento, uma situação que se irá agravar com a construção do túnel das Amoreiras", disse.

Por outro lado, denunciou, "há também uma degradação do ambiente social, com o consequente aumento da insegurança".

Em declarações ao "Acção Socialista",

Miguel Coelho passa também em revista algumas das bandeiras eleitorais de Santana Lopes, concluindo que até agora "não passaram de promessas", à excepção do túnel das Amoreiras, que elege como "o grande erro estratégico" da gestão do também candidato às primárias presidenciais na direita.

"A construção do túnel das Amoreiras é o grande erro estratégico do actual presidente da Câmara, porque tem um efeito perverso que é o convite à entrada de mais milhares de automóveis particulares na capital, com graves reflexos na qualidade de vida das pessoas", afirma.

É que, explica, "mais carros implicarão menos espaço para a mobilidade no interior da cidade, para além das repercussões negativas a nível ambiental, com o inevitável aumento da emissão de gases poluentes".

Ao contrário, defende, "uma política correcta seria a aposta na promoção do transporte público".

No que respeita à recuperação do Parque Mayer, outra das bandeiras eleitorais do presidente da Câmara, Miguel Coelho constata que, passados dois anos, este espaço "não começou a ser recuperado, porque as diversas soluções



apresentadas por Santana Lopes foram sendo sucessivamente abandonadas, o que é revelador do fiasco da forma como lidou com o processo desde a primeira hora".

Quanto à reabilitação urbana, outra promessa eleitoral da actual maioria camarária a marcar passo, Miguel Coelho resume tudo numa frase: "Show-off mediático puro e simples e muito casuísmo", dando como exemplo a Rua

da Madalena "fechada para dar nas vistas" e onde "estão a ser recuperados cinco prédios".

Já a saída dos ministérios do Terreiro do Paço, que continua por concretizar, foi apontada pelo líder da Concelhia do PS como mais um exemplo da "volatilidade" do actual presidente da autarquia, que ao longo de dois anos "já disse várias coisas sobre esta matéria, não tendo sido ainda apresentado nenhum

projecto publicamente".

Também as políticas sociais merecem fortes críticas de Miguel Coelho, que não tem dúvidas em dizer que constituem "um grande fracasso", lamentando, nomeadamente, que o apoio ao combate à toxicod dependência esteja a diminuir, enquanto ao mesmo tempo cresce a insegurança entre os lisboetas, "com a criminalidade a atingir níveis preocupantes". Repovoar Lisboa, nomeadamente trazendo os jovens para a cidade, que nos últimos dez anos perdeu 100 mil habitantes é outra das grandes promessas de Santana Lopes que "continuam por cumprir", denuncia o líder da Concelhia, que alerta para os malefícios das sociedades de reabilitação, entretanto lançadas e aprovadas pela maioria de direita, que "vão promover uma política de condomínio fechado e de despejos". Face ao actual estado de paralisia em que Lisboa se encontra, Miguel Coelho não tem dúvidas de que daqui a dois anos o mandato de Santana Lopes "vai ser julgado negativamente pelos cidadãos", acrescentando que os socialistas estão já a preparar "um programa com políticas concretas", nomeadamente através do Fórum Lisboa.

J. C. CASTELO BRANCO

PORTO INFELIZ

"Pior era impossível". É com esta frase que Orlando Gaspar define os dois anos de mandato de Rui Rio à frente dos destinos da Câmara Municipal do Porto, cuja linha de actuação, acusa, tem tido como lema "destruir e depois logo se vê".

Entre as inúmeras "malfeitorias" praticadas pelo autarca laranja ao longo destes dois anos de mandato, o primeiro vereador socialista na Câmara da Cidade Invicta destaca, entre outras, a "guerra" lançada contra o Plano de Pormenor das Antas, a "destruição" do Contrato de Cidade, o "ataque frontal" a obras fundamentais como o viaduto das Presas, a questão dos arrumadores, o "abandono" do projecto do centro materno-infantil deixado pelo PS e os "ataques contínuos" à Comunicação Social.

No plano cultural, "um autêntico vazio",

refere Orlando Gaspar, que acusa Rio de ter "liquidado" o FITEI e de não apoiar as instituições culturais da cidade, que "estão desactivadas".

Também na política social o "balanço é profundamente negativo", apontando como exemplo o aumento das rendas dos bairros sociais, uma "questão complexa", que afectou cerca de 15 mil famílias. "Os mais desfavorecidos são os que mais têm sofrido com esta política marcada por autoritarismo e forte insensibilidade", acusa o vereador socialista.

Particularmente "chocante", na sua opinião, "é o ataque persecutório, vergonhoso que tem sido levado a cabo desde a primeira hora contra os trabalhadores da autarquia, nos seus direitos e liberdade", lembrando, a propósito, que Rui Rio "iniciou o ano



tentando destruir a cantina municipal", acabando depois por ter de "recuar em toda a linha" devido à "forte e justa" contestação entretanto verificada.

Orlando Gaspar não poupa também críticas à coligação "infeliz" pós-eleitoral PSD-PP-PCP, acusando os comunistas de estar "agarrados ao poder a qualquer preço".

Refere ainda que outro aspecto negativo que marca a actuação de Rui Rio é o "Porto ter deixado de ter voz" no plano nacional, uma situação que se deve ao facto de "a Área Metropolitana do Porto estar sem um líder capaz de se fazer ouvir".

Perante este quadro negro, Orlando Gaspar não tem dúvidas de que o PS tem todas as condições para voltar de novo a estar à frente da Câmara Municipal, destacando "com particular satisfação"

o excelente trabalho que tem sido desenvolvido quer pelos autarcas socialistas quer por todas as estruturas do partido no Porto.

"A Federação e Concelhias estão unidas. Este é o caminho certo", disse, acrescentando que "tem havido um grande esforço de mobilização de todos os socialistas".

E Orlando Gaspar faz questão de sublinhar a necessidade de "coesão entre socialistas, quer no Porto quer a nível nacional, no respeito pelos estatutos, num clima de grande solidariedade com a direcção do partido e com o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues".

Só assim, sustenta, "estaremos em condições de vencer as batalhas eleitorais difíceis que temos pela frente".

J. C. C. B.

MARASMO EM COIMBRA

A "falta de ideias e empenhamento político" do presidente da Câmara de Coimbra, Carlos Encarnação, são responsáveis pelo "marasmo e paralisia" em que se encontra a cidade, acusa o presidente da Concelhia local do PS, Luís Vilar, acrescentando que o autarca laranja se limitou, ao longo destes dois anos de mandato, a concluir as obras lançadas pelo Executivo socialista anterior, entre as quais destaca o Pátio da Inquisição e o Estádio Cidade de Coimbra para o Euro-2004.

Para Luís Vilar, "a falta de peso político" de Carlos Encarnação junto do poder central levou ainda a que "no PIDDAC

Coimbra receba menos cem milhões de euros do que Aveiro, para além de ter deixado fugir alguns institutos que o Governo socialista tinha previsto para a cidade, como o ICER, o Instituto Nacional da Ciência e Tecnologia e o Instituto de Medicina Desportiva de Coimbra".

O presidente da Concelhia do PS acusa ainda o autarca laranja de não ter cumprido promessas eleitorais como o novo estabelecimento prisional e de não ter conseguido lançar os concursos públicos para a construção do metro de superfície e o hospital pediátrico.

Por outro lado, Carlos Luís mostra-se chocado com o facto de "não ter sido



construída nenhuma habitação social" e de "haver uma ausência total de investimento" no ensino pré-primário". E sublinha que o orçamento camarário destinado à educação, "uma área fundamental para o nosso desenvolvimento", não atinge sequer os cinco por cento, enquanto no anterior Executivo socialista as verbas dirigidas a este sector eram de 10 por cento.

A gestão de Carlos Encarnação é também criticada pelo facto de se ter verificado, "apesar do estado de paralisia em que se encontra Coimbra", um "aumento exponencial" das despesas correntes, grande parte devido "à avalanche de

contratações de pessoal que não é do quadro, como assessores, avençados e adjuntos".

O presidente da Concelhia adianta ainda que os socialistas para além das sistemáticas nas reuniões camarárias e nos órgãos de Comunicação Social locais da "ausência de obras que tem caracterizado a actual gestão da direita no município", têm também visitado todas as freguesias do distrito, no quadro de um plano de acção que tem como objectivo central preparar uma alternativa de "desenvolvimento sustentável" para Coimbra.

J. C. C. B.

FORUM AUTÁRQUICO

PS/ALGARVE APOSTA FORTE NAS PRÓXIMAS ELEIÇÕES

Cerca de quatro centenas de autarcas socialistas, militantes e independentes algarvios debateram, em Montechoro, Albufeira, o futuro autárquico da região, numa iniciativa da Federação Regional do PS/Algarve, que contou com a presença de destacados quadros nacionais do Partido, nomeadamente responsável a nível nacional pelas autárquicas, Maria de Belém, João Cravinho e Jorge Coelho.

Miguel Freitas, presidente do PS Algarve, considerou de grande importância a realização deste Fórum assegurando que as conclusões retiradas desta discussão darão forma à estratégia a adoptar para as autárquicas a realizar em 2005.

Segundo o presidente da Federação, "este será o processo mais participado de sempre no PS Algarve, seja na definição do projecto autárquico ou na escolha dos candidatos".

Este Fórum serviu também "para dinamizar o PS em torno do grande objectivo que é voltar a ser o maior partido autárquico no Algarve".

Um dos participantes no Fórum, o professor Paulo Trigo, acusou o Governo de não acreditar "neste modelo de descentralização" adoptado pelo Governo PSD/PP, alicerçando estas convicções no plano financeiro dado que aos 2 milhões de euros inscritos em Orçamento de Estado em 2003 só terá sido acrescentado

meio milhão destinado já às transferências para as novas comunidades regionais. Sobre esta matéria, Eduardo Cabrita, que foi em 1996 o alto-comissário para a Regionalização, é da opinião que "o processo actual leva a uma forma anarquizante e de enfraquecimento do poder local" e acrescenta que essa "é uma forma estratégica do actual Governo dividir para reinar".

Para o presidente do PS Algarve, "as propostas de descentralização agora em discussão são muito más e nenhuma delas se adapta à situação concreta da região". Mesmo neste quadro, Miguel Freitas diz ser necessário assumir uma postura construtiva que preserve a unidade territorial do Algarve como um dos seus maiores activos enquanto região e um modelo de descentralização que possa unir o Algarve e os algarvios e não dividi-los.

Defendeu, pois, a criação de uma única comunidade no Algarve com competências reforçadas em domínios como as acessibilidades e os transportes, o ambiente e o ordenamento do território, a promoção económica (particularmente no que toca ao Turismo) e a gestão dos fundos comunitários.

Mas clarificou que "o PS Algarve considera que estamos perante um processo minguido de descentralização e que defendemos a comunidade para



"Durão Barroso está a pôr Portugal e a vida dos portugueses em cacos"

ganhar a região".

No Fórum, onde um dos temas em debate foi a Descentralização e a Organização Territorial, acabou por ser relançada a questão da Regionalização, tendo sido defendida por João Cravinho a criação de condições em sede de revisão constitucional para uma Região - Piloto para o Algarve.

Regionalização é património do PS

Também Jorge Coelho reconhecendo alguns erros do PS relativamente ao referendo da regionalização afirmou que

"a regionalização faz parte do património político do PS e que devemos discuti-la. As nossas convicções estão intactas e devem ser defendidas".

Especialmente crítico em relação à actuação do Governo esteve Jorge Coelho que encerrou com a sua intervenção esta jornada. O dirigente socialista afirmou que a actual ministra das Finanças é responsável pelo maior défice público da década e que, em contrapartida, a maior redução da dívida pública dos últimos 20 anos é da responsabilidade do PS.

"É urgente e necessário pô-los na rua", declarou Jorge Coelho, acrescentando que "Durão Barroso está a pôr Portugal e a

vida dos portugueses em cacos".

Também a segurança ocupou lugar de destaque na intervenção de Jorge Coelho. A propósito dos últimos números divulgados pelas forças de segurança em que se regista um aumento de cinco por cento de criminalidade em 2003, recordou os discursos que Paulo Portas fazia sobre esta matéria na oposição, prometendo acabar com a criminalidade. "Que raio de conceito de autoridade de Estado, que raio de Governo é este, que já ninguém respeita a polícia?", perguntou, numa alusão ao aumento de 30 a 50 por cento de agressões a agentes da polícia no exercício das suas funções.

PORTUGUESES ARREPENDIDOS DE TEREM RECUSADO A REGIONALIZAÇÃO

Os portugueses disseram não à regionalização no referendo de 1998, mas parece que já estão arrependidos, pelo menos a julgar pelos resultados de uma sondagem da Universidade Católica, divulgada pelo jornal "Público", que revela que 46% dos inquiridos é da opinião que o país ficou a perder por o processo não ter avançado. O PS, que foi um dos mais acérrimos defensores da regionalização, saiu derrotado, mas não convencido, na medida em que Portugal é o único país da União Europeia que não tem órgãos intermédios de representação entre as autarquias locais e o Governo, democraticamente eleitos, estruturas administrativas e recursos financeiros próprios e capacidade de decisão ao nível do planeamento estratégico regional. A exemplo do que existe noutros países da União Europeia, o processo de regionalização, também fundamental para uma distribuição mais ajustada dos fundos comunitários em função das reais necessidades e prioridades regionais, tem sido fundamental para um desenvolvimento mais equilibrado dos Estados-membros e para atenuar os fenómenos migratórios das regiões menos desenvolvidas para as mais ricas.

Volvidos cinco anos, os resultados estão à vista e são esclarecedores. Os portugueses têm um sentimento crescente de que Lisboa e Porto, e, em alguma medida, a faixa litoral, continuam a ser largamente privilegiados em relação às regiões do interior. Com efeito, apenas 1% é da opinião que o interior tem sido privilegiado, o que reflecte bem o sentimento de abandono das populações que vivem a braços com os problemas próprios dessas regiões, como a falta de investimentos, desemprego, desertificação e carência de recursos humanos qualificados.

Compreende-se assim que 46% dos inquiridos considerem que o país ficou a perder por não se ter avançado com a regionalização, contra apenas 22% favoráveis a que o processo tivesse sido parado.

Metade dos inquiridos considera também que nos últimos anos aumentaram as desigualdades entre as regiões mais desenvolvidas e as que têm menos recursos. Apenas 17% é da opinião que diminuíram e 30% que não houve alteração.

Com tanto centralismo, é também natural que os inquiridos considerem que existe mais corrupção na administração central (42%) do que a nível local (32%).

AS GRANDES CONCLUSÕES DO FÓRUM AUTÁRQUICO

- A necessidade de ajustar o associativismo municipal às Leis nº 10/2003 e 11/2003, de 13 de Maio, recoloca na ordem do dia o modelo de gestão da região do Algarve.
- O Modelo de Descentralização e Associativismo Municipal, em discussão, é confuso, promove a desorganização e a desestruturação do território. Este não é o modelo do Partido Socialista. No entanto, este é o Modelo que a Lei prevê, é com ele que temos de trabalhar.
- O Algarve é o espaço nacional com maior identidade por isso o PS Algarve defende uma solução que respeite a sua unidade territorial.
- É necessário dar mais um passo na consolidação da nossa identidade regional e na construção de um Algarve representado por órgãos com uma legitimação directa.
- O Algarve espera que lhe seja dada a hipótese de se constituir como uma Região Piloto, demonstrando a vantagem de uma descentralização política autêntica.
- Os socialistas têm de prestar mais atenção à cidade, às questões da qualidade de vida e da sustentabilidade urbana. Há que colocar a cidade e o território no centro do debate. É necessária uma verdadeira política para as Cidades.
- Os socialistas têm de conceber e afirmar no discurso, na intervenção cívica e política, uma outra cidade, com mais coesão, competitividade e cidadania.
- Estas opções deverão ser sustentadas numa política urbana e territorial cujos eixos estratégicos são:
- Qualificação do espaço público, património e serviços

urbanos

- Investir na aplicação dos instrumentos de execução dos planos - Programação do Solo, Sistemas de Execução, Perequação, Fundos de Compensação, Cedências de Terrenos, Fiscalidade - dando um novo protagonismo, mas também novas responsabilidades, à Administração Municipal na produção do espaço urbano.
- Conformar uma Estrutura Ecológica a diversas escalas (Regional, Municipal e Urbana), e definir os seus conteúdos, regulamentação e formas de gestão.
- Competitividade, coesão e segurança
- Implementar processos de Concertação Estratégica como suporte de decisões sobre o ordenamento da Região e de orientações para o planeamento e gestão municipal e intermunicipal.
- Desenvolver o sistema urbano regional baseado numa rede urbana polinucleada com funções complementares de apoio às actividades económicas e à população residente e visitante, devidamente servida com um serviço de transportes públicos.
- Reforma do governo e da administração das cidades
- Na actual fase da sociedade portuguesa é fundamental alargar e aprofundar a participação pública e cidadã nos processos de planeamento e gestão territoriais e urbanísticos.
- As opções estratégicas, a concepção e implementação das políticas urbanas têm de ser partilhadas e contratualizadas, aos diversos níveis, com organizações da sociedade civil, os actores urbanos e os cidadãos.

IVG

MULHERES SOCIALISTAS APOIAM INDULTO DE SAMPAIO

O Presidente da República fez bem, nos tradicionais indultos de Natal, em reduzir para metade a pena de Maria do Céu Ribeiro, a enfermeira da Maia condenada por prática de aborto. Esta a opinião da líder do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas, Sónia Fertuzinhos, para quem a decisão de Sampaio "recoloca a questão da revisão da legislação" portuguesa sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG). A redução da pena à enfermeira foi solicitada ao chefe de Estado, em 2002, por um abaixo-assinado de 2.624 cidadãos.

"Já na altura se ouviu, por parte de vários quadrantes políticos e de várias áreas da vida cívica, que a pena da enfermeira, a única das 42 mulheres julgadas na Maia que foi condenada tinha sido muito pesada", acrescentou a deputada do PS. Maria do Céu Ribeiro - que está detida preventivamente desde Fevereiro de 2000 - deverá sair do Estabelecimento



Prisonal de Felgueiras no próximo mês de Fevereiro e foi uma das 38 pessoas indultadas pelo Presidente da República este ano, por ocasião da época do Natal. "Provavelmente outros julgamentos estão a ser preparados. A lei, que está a ser aplicada e bem, é claramente injusta

e não serve os seus propósitos, não impede a realização de abortos", defendeu Sónia Fertuzinhos, que integra a comissão organizadora do movimento de cidadãos que está a recolher assinaturas para a realização de um novo referendo sobre a IVG.

EDUCAÇÃO

GOVERNO TRANSFORMADO EM AGÊNCIA DE CUNHAS

O Governo está transformado numa "agência de cunhas", acusam os socialistas, que remetem para um parecer da Procuradoria-Geral da República que deu razão às denúncias oportunamente feitas sobre sucessivas irregularidades que acabam sempre em facilidades para familiares dos membros do Executivo. Assim, o episódio que envolveu o secretário de Estado das Comunidades e o director-geral do Ensino Superior no caso do favorecimento no acesso à faculdade da filha de Martins da Cruz

leveu o PS a pedir, no passado dia 31 de Dezembro, a demissão destes responsáveis.

"Não têm condições para continuar em funções", explicou o deputado socialista Augusto Santos Silva, referindo-se a José Cesário e a Luis Filipe Requicha Ferreira, secretário de Estado e director-geral, respectivamente. Santos Silva considerou "inadmissível" que esses responsáveis continuem em funções "depois do seu envolvimento no caso".

Recorde-se que o director-geral do Ensino Superior assinou um despacho que permitia o acesso directo da filha do ex-ministro ao curso de Medicina, enquanto o secretário de Estado José Cesário apresentou uma proposta de alteração do regime de acesso ao Ensino Superior dos filhos de diplomatas. Neste contexto, o deputado exigiu um pedido de desculpas do Executivo e das bancadas da maioria por terem "acusado o PS de fazer chicana política" com este caso.

AMBIENTE

MAIS UM ADIAMENTO QUE PREJUDICA PORTUGAL

"O ano de 2004 começou com a notícia de mais um adiamento e de mais um adiamento na política ambiental". Assim reagiu o deputado socialista Pedro Silva Pereira à opção do Executivo de encomendar um estudo para analisar os custos das alternativas à construção de uma central de queima de lixo urbano na região Centro.

A associação ambientalista Quercus revelou recentemente que o secretário de Estado vai encomendar um estudo para avaliar os custos das alternativas à incineração de lixo urbano que é contestada pelos ecologistas. Pedro Silva criticou o facto de ser a

Quercus a anunciar esta medida e observou: "É curioso que a Quercus surja agora como porta-voz do Ministério do Ambiente".

Os socialistas, que já se tinham manifestado contra a construção da incineradora para lixos urbanos, consideraram sintomático que o Governo ponha em causa uma estratégia de resíduos sólidos urbanos que ele próprio apresentou.

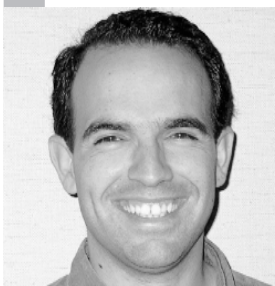
"É mais um sinal do desnorde que há no Ministério do Ambiente", referiu Pedro Silva Pereira. Entretanto, e ainda sobre a política de preservação ambiental, os socialistas

criticaram severamente o Executivo por este não ter ainda aprovado a Lei da Água, que deveria transpor a directiva europeia para o sector, colocando Portugal em situação de "incumprimento" e "em risco de perder fundos comunitários". "O PS responsabiliza o Governo e, em especial, o actual ministro do Ambiente, por terem deixado o País chegar a esta situação vergonhosa, ao não aprovarem no prazo devido a nova lei da água", afirmaram os deputados do PS, em conferência de imprensa, no Parlamento, referindo-se à directiva comunitária que deveria ser transposta até ao passado dia 22 de Dezembro.

O País relativo

FORTE COM OS FRACOS

Forte com os fracos quando o desemprego cresce sete vezes mais do que a média europeia, e a única resposta que o Dr. Durão dá a esta verdadeira calamidade nacional é: insistir nas políticas erradas e fingir que o desemprego não aumenta.



PEDRO ADÃO E SILVA

mudado e, ainda assim, mais parecer que estamos, não em 2004, mas, ainda em 45 de Dezembro de 2003.

Contudo, o ano que passou foi essencialmente dramático para as famílias portuguesas e muito particularmente para aquelas de que fazem parte os cerca de 100 mil novos desempregados que 2003 trouxe. E, no meio do turbilhão de escândalos em que se tem visto enredada a pobre democracia portuguesa, a verdade é que o tempo voa de tal modo que, daqui a poucos meses, o Governo estará já a meio do seu mandato.

Quando nos aproximamos rapidamente dos dois anos da governação Barroso/Portas, podemos dizer que há um conjunto de marcas indelévels de que a maioria de direita já não se livra. Marcas que resumem toda a sua acção. Marcas que, não tenhamos dúvidas, na proximidade das eleições o governo procurará certamente limpar, mas que, como nas nódoas mais fortes, deixarão um sinal que impedirá que os portugueses as esqueçam.

Em primeiro lugar, a incompetência. Este governo não é apenas diferente para muito pior, daquilo que foi e será a acção governativa do PS. O que distingue a maioria de direita não são só as opções ideológicas legítimas, mas que têm empurrado o País para as ruas da amargura, é também a incompetência na concretização das suas próprias políticas. Da Administração Interna, na gestão dos fogos deste Verão, ao Ambiente, onde a paralisia e a inépcia são elementos do quotidiano, passando pela Saúde, onde as promessas são diariamente defraudadas, os exemplos de incompetência do Governo abundam.

É precisamente num caldo onde se misturam opções políticas erradas, com incompetência na sua concretização, que surge aquela que é marca simultaneamente mais presente e mais grave do Governo Barroso/Portas. Um Governo que é forte com os fracos, ao mesmo tempo que é fraco com os fortes. Senão vejamos.

Forte com os fracos quando o desemprego cresce sete vezes mais do que a média europeia, e a única resposta que o Dr. Durão dá a esta verdadeira calamidade nacional é: insistir nas políticas erradas e fingir que o desemprego não aumenta. Numa altura em que nos aproximamos a passos violentos do meio milhão de desempregados, o Governo, em vez de responder ao problema, opta por fazer alterações ao subsídio de desemprego que visam, simultaneamente, diminuir direitos e desincentivar o esforço contributivo dos trabalhadores.

Forte com os fracos quando, escondendo-se no pretexto do combate à fraude, muda o subsídio de doença diminuindo direitos e até estimulando a fraude. Sabemos que cerca de 80 por cento das baixas são inferiores a 90 dias e é precisamente nestes escalões que mais diminui o montante do subsídio de doença face aos rendimentos do trabalho. Menos 15 por cento do actual para os que estão doentes menos de 30 dias e menos 8 por cento para os que estão entre 30 e 90 dias. Quer isto dizer que os mais fracos dos fracos, os que se encontram doentes e que, por isso só, já auferem menos rendimentos, vêem os seus recursos diminuir ainda mais, ao mesmo tempo que financeiramente até pode compensar estar mais tempo doente.

A insensibilidade social perpassa por toda a acção deste Governo. Uma insensibilidade total com os mais fracos que tem mais e diversificados exemplos: o salário mínimo que teve um aumento que é insultuoso para os que com ele sobrevivem; os pensionistas que, depois das promessas feitas em feiras e mercados, têm as pensões praticamente congeladas; os lares de idosos que têm sofrido cortes brutais no investimento; ou o pão que aumenta a um ritmo inclusivamente superior ao do desemprego.

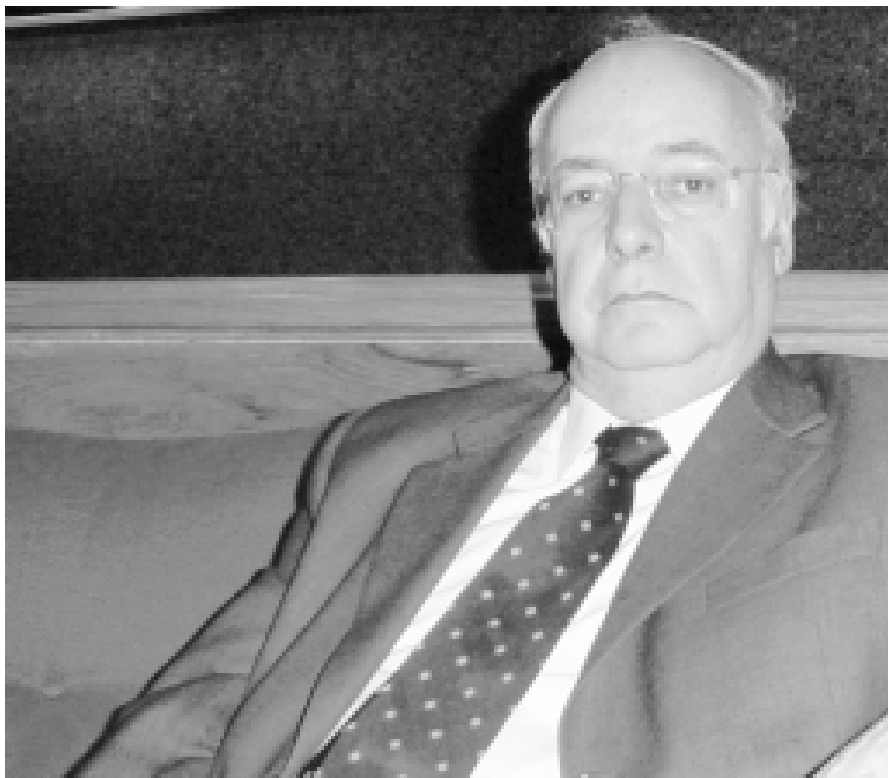
No entanto, a coligação da direita, ao mesmo tempo que é invariavelmente forte com os fracos, é terrivelmente fraca com os fortes. Fraca com os familiares, com os amigos, com os da mesma cor partidária, com os próximos ou com aqueles cujo poder na sociedade é, já de si, muito.

Em 2004, a meio do mandato deste Governo de incompetência, mediocridade e falta de ambição, é já possível destrinçar a sua imagem de marca. A nossa alternativa passará, por isso, pela capacidade de afirmarmos a nossa identidade de um modo diferente. Daqui a dois anos e meio, quando nos apresentarmos aos portugueses para voltarmos a governar, mas já em Junho, nas próximas eleições europeias, dando voz aos portugueses que têm sido vítimas da acção desta maioria e que, certamente, irão aproveitar a oportunidade para mostrar um enorme cartão amarelo aos Drs. Barroso e Portas.

VERA JARDIM

"A JUSTIÇA DOS VENCEDORES É SEMPRE SUSPEITA"

O terrorismo internacional e o crime organizado são os maiores desafios que o mundo enfrenta neste princípio do século. A opinião é de Vera Jardim que, em entrevista ao "Acção Socialista", também defende um julgamento justo para Saddam Hussein, afastando liminarmente a aplicação da pena de morte para o ex-ditador de Bagdad. Para o coordenador parlamentar do PS de política externa, são "escandalosas" as declarações dos líderes de direita sobre a "imigração excessiva" à escala europeia. Por isso, defende uma política comum da União que salvguarde o reagrupamento familiar, que invista na integração e na generalização dos direitos nacionais. Sobre a Constituição europeia, cujo processo transitou para a presidência irlandesa, Vera Jardim diz não ter "expectativas muito positivas a curto prazo das negociações".



Neste início de 2004 o mundo apresenta-se cada vez mais instável. Na sua perspectiva quais os maiores perigos que teremos de enfrentar?

Desaparecidos os elementos de contenção constituídos pelo confronto das duas superpotências e sem solução à vista para uma série de conflitos regionais o mundo actual vive um clima de instabilidade com crescentes dificuldades de regulação e contenção de conflitos.

Há hoje uma multitude de graves questões onde avultam os problemas das minorias, dos refugiados, da pauperização crescente de muitas zonas do globo, da igualmente crescente desigualdade de acesso a bens essenciais, da fome, da crise latente ou já aberta de sistemas de protecção social, da proliferação de armamentos, da degradação ambiental acelerada. Tudo a criar um ambiente geral de instabilidade.

O terrorismo bem como o crime organizado têm assim terreno fértil onde medram com facilidade. Sem atacar as causas não se curam as doenças e a verdade é que a legalidade e a ética internacionais reflectidas nas declarações de direitos humanos estão ainda em boa parte por cumprir, mesmo nas regiões do globo que apresentam currículo mais "eskorreito" na matéria. A ordem internacional contém em si muitos

elementos de desordem a carecer de urgente reforma.

Dum mundo bipolar passamos à existência de um único super poder e porventura a caminho dum sistema de multipolaridade. A regulação existente, designadamente a Carta das Nações Unidas não está adaptada ao actual jogo de forças internacional. A verdade é que o egoísmo de muitos e a prepotência de alguns são um caldo de cultura nada adequado às soluções que cada vez mais a razão reclama como necessárias e urgentes. A continuar este percurso não haverá nem polícias nem exércitos à altura das necessidades. Como vê é difícil escolher os maiores perigos talvez porque eles residam afinal nas nossas piores inclinações e opções e numa dificuldade crescente de regulação. Mas sem dúvida que o terrorismo e o crime organizado são os dois maiores desafios que estamos a enfrentar.

É legítimo analisar o terrorismo internacional do ponto de vista de um confronto de civilizações?

É um erro grave de perspectiva. Nem as diversas civilizações são tão homogêneas como por vezes se pretende, nem o terrorismo tem por fonte uma civilização que pretende atingir outras. O terrorismo tem muitas faces, múltiplos métodos e causas desiguais.

É no entanto verdade que a afirmação

(nem que por vezes de forma somente velada) da inferioridade dum povo, duma raça, duma religião gera fenómenos de violência contra "o outro", sob a forma, por vezes, de acções terroristas. Em especial o fundamentalismo, religioso ou outro, é agressivo porque intolerante e pode ser usado, como o tem efectivamente sido, para fazer apelo ao uso do terror. O terrorismo é sempre um acto criminoso, vitimando inocentes, uns directamente atingidos outros obrigados a viver em situação de medo e instabilidade. É necessário combatê-lo usando todos os meios de defesa legítima, incluindo, quando necessário, o uso da força. Mas não deve ser combatido, calcando aos pés, os princípios que fazem da democracia e do Estado de Direito, conquistas irreversíveis e irrenunciáveis.

Depois da guerra e da ocupação do Iraque qual o balanço que se pode fazer de tudo o que aconteceu?

A guerra foi uma guerra ilegítima porque não fundamentada em decisões legais das Nações Unidas. E foi também uma guerra, cuja necessidade se procurou justificar em falsas razões.

Não se encontraram até agora quaisquer vestígios de armas de destruição maciça, não se comprovaram relações com a Al

A guerra do Iraque libertou o povo dum ditador. Mas criou uma situação muito complexa para as tropas ocupantes

Qaeda, tão-pouco se confirmou a existência de meios bélicos em poder do antigo regime iraquiano que pudessem pôr em causa a paz e a segurança.

O desaparecimento da cruel ditadura de Saddam Hussein foi alcançado e isso é positivo, mas estamos longe, porventura muito longe da pacificação interna do Iraque, da sua reconstrução física e ainda menos da instauração dum regime democrático. A guerra libertou o povo dum ditador. Mas criou uma situação muito complexa para as tropas ocupantes que se defrontam com uma sociedade profundamente dividida e com um sentimento de reacção contra o ocupante muito generalizado, sobretudo em certas zonas do país.

A teimosia da Administração Bush em

não abrir caminho a consensos alargados e associar as Nações Unidas desde o início da operação Iraque, produziu efeitos de isolamento para a coligação e vai tornar mais difícil e lenta a recuperação e estabilização da situação. As forças militares carecem de vocação e treino para a manutenção da ordem e a reconstrução, que outro tipo de meios muito melhor levaria a cabo, sob a égide das Nações Unidas.

A grande interrogação do futuro próximo é a da possibilidade de exportar modelos acabados, para áreas de cultura e tradição bem diferentes. Os direitos humanos, a liberdade e a democracia têm validade universal: o caminho para lá chegar deve ser assumido por cada povo, senhor do seu próprio destino. Tendo em conta a realidade de cada país sem que se descortine a viabilidade sustentada de modelos impostos de fora que não tenham em conta as condições de cada país.

Do seu ponto de vista qual o foro adequado para proceder ao julgamento de Saddam Hussein?

Saddam Hussein deve ter um julgamento justo segundo as regras aceites pelo direito internacional, com a necessária salvaguarda dos direitos de qualquer pessoa que seja acusada do cometimento de crimes, sejam eles os mais horrendos. E desde logo com

cumprimento de regras que impeçam uma instrução que use meios ilegítimos. Se fosse possível, e não é, por diversas razões legais, que se prendem com o Estatuto do TPI, o ideal seria um julgamento neste Tribunal, competente para o tipo de acções criminosas em causa (contra a humanidade, genocídio, crimes de guerra).

guarda as garantias de defesa para os arguidos. Mas Guantanamo está fora do sistema, é um "território de não direito". Mas não é só a situação em Guantanamo que é preocupante; é-o também a criação das "Military Commissions" para julgamento de crimes de terrorismo, verdadeiros tribunais especiais cuja decisão não

Israel e dos palestinos. Já se perderam muitas ocasiões (talvez a principal os acordos de Oslo) para alcançar. As várias administrações americanas têm feito esforços para ultrapassar as enormes dificuldades. Também a actual Administração Bush encetou caminhos promissores. O Governo de Sharon tem sistematicamente optado

teríveis dificuldades e perigos (até da própria vida) em busca duma existência digna para si e para as famílias.

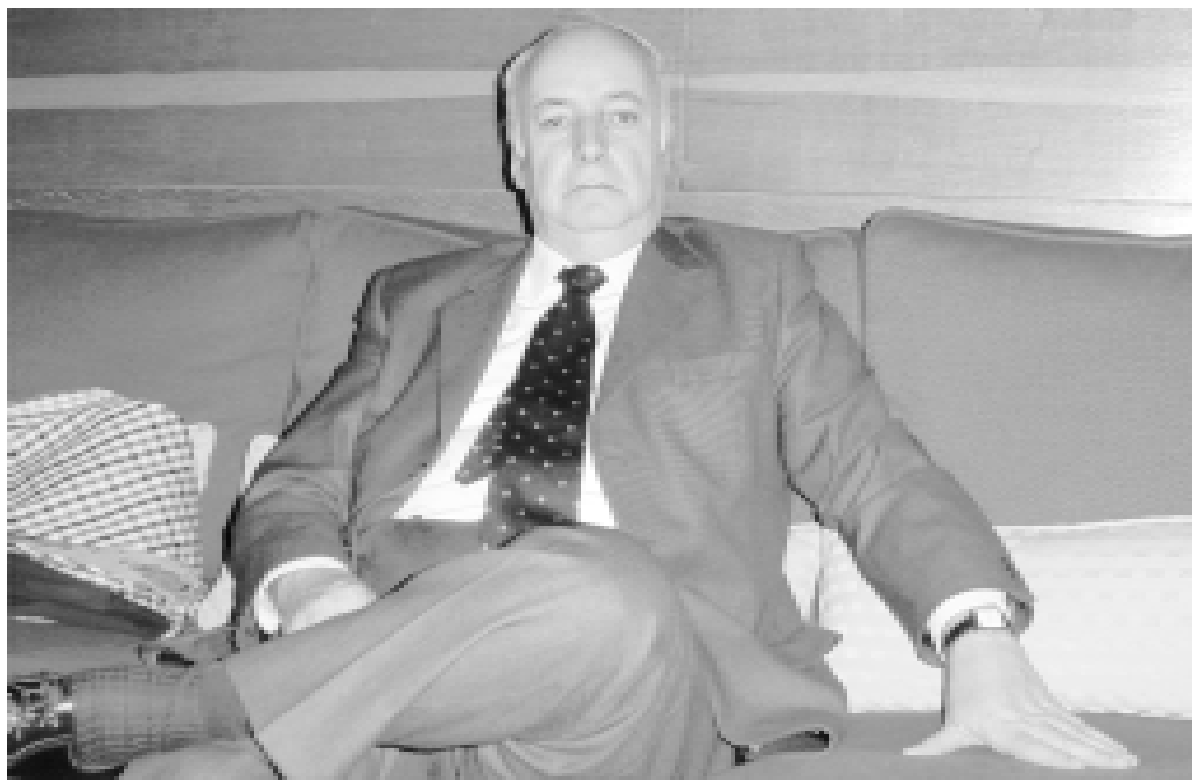
Assistimos a esse fenómeno em Portugal, como país de emigração até aos anos 70. Assistimos agora ao fenómeno inverso. Por isso, são tão escandalosas as afirmações dos líderes

numa encruzilhada da história. Espera que a presidência irlandesa consiga finalmente dotar a União de uma Constituição europeia?

Não tenho expectativas muito positivas quanto à evolução a curto prazo das negociações. As fracturas existem e não são só as mais "visíveis". Existem desde a questão iraquiana e representam perspectivas diferentes sobre questões fundamentais para o futuro da integração europeia. É talvez útil um compasso de espera para digerir as diferenças e encontrar um verdadeiro consenso. Se é verdade que são necessários e urgentes novas soluções institucionais e desenvolvimento de algumas políticas (desde logo a externa e de segurança comuns, cooperação judiciária, asilo e emigração) não é menos importante que as soluções derivem de uma unidade construída e alicerçada em reais compromissos de posições e numa unidade de concepção sobre o futuro da Europa que não possa vir a ser em causa à primeira dificuldade séria. Caminhar seguramente é aqui tão ou mais importante do que caminhar depressa.

Como vê uma Europa a 25? E, por outro lado, concebe a Turquia como país membro da UE?

É a grande oportunidade que não podemos falhar de unir todos os europeus num destino comum. Depois de tantos decénios duma Europa dilacerada, voltam todos à casa comum, que nunca deixou de estar presente no espírito dos europeus. De Bucareste (em breve) a Lisboa e de Helsínquia ao Mediterrâneo compartilhamos dramas e esperanças comuns. Não podem ser os pequenos interesses particularistas que nos façam falhar a construção em comum, embora na diversidade da nossa maneira própria de estar e conviver, dum futuro de paz e prosperidade para a Europa. A Turquia, como os Balcãs, não podem ficar de fora. Há ainda um caminho a percorrer mas não podemos voltar as costas a nações que fizeram connosco um longo percurso ao longo do séc. XX. Se a matriz cultural é específica, esse é um factor de enriquecimento da nossa União. A religião e alguma filosofia de vida próprias em países que fizeram e estão a fazer um doloroso caminho para a democracia e o Estado de Direito, deve ser visto como um desafio à nossa capacidade de integração, não como um obstáculo à entrada na "casa comum". O factor demográfico e a atracção que exerce a Europa mais "rica" sobre as populações desses países, são questões que encontrarão solução no desenvolvimento económico e na coesão e em processos de progressiva integração no processo de decisão da União. A Turquia participou empenhadamente no sistema de defesa europeu, como peça fundamental é a única democracia em países de matriz islâmica; fez e continua a fazer um caminho difícil mas claro no sentido do Estado de Direito. Não é possível agora fechar-lhe as portas de entrada, mesmo que ainda haja um caminho a percorrer para a sua aproximação aos padrões e exigências europeias.



Na sua falta não deverá ser deixado o julgamento nas mãos dum tribunal iraquiano. Sem me preocupar com o local do julgamento, que pode ser secundário, deverá ser assegurada a participação de juristas de renome de várias nacionalidades (também iraquianos) e regras processuais que assegurem uma defesa livre e sem peias e o cumprimento das regras de uma justiça equitativa, desde logo o princípio de que compete à acusação a prova da prática dos crimes. Muito menos aceitável é um tribunal de vencedores. Justiça de vencedores é sempre suspeita...

Finalmente deve ser afastada liminarmente a aplicação da pena de morte.

Outra vertente desta questão prende-se com os prisioneiros de Guantánamo de que ninguém fala. É sustentável a manutenção desta situação com os Estados Unidos a assumirem o papel de polícias do mundo?

A situação em Guantánamo é muito preocupante e já tem sido posta em causa por decisões judiciais nos próprios EUA.

Há longos meses que centenas de prisioneiros estão a ser alvo de investigação sem a presença de advogado e numa situação em que tudo é desconhecido e onde são possíveis as piores conjecturas. Os EUA possuem um sistema jurídico-penal que salva-

A OMC tem sido incapaz de encontrar soluções equitativas, que reequilibrem as relações entre os países ricos e as economias mais atrasadas

tem recurso para um Tribunal (o recurso é feito para uma outra comissão militar designada pelo Secretário de Estado da Defesa). Todos teriam a ganhar, incluindo e desde logo os próprios Estados Unidos da América, com acção transparente e equitativa da justiça que não pudesse deixar dúvidas sobre a legalidade dos processos e a justeza das decisões judiciais.

O conflito israel/árabe parece eternizar-se. Acha que se os EUA quissem haveria paz no Médio Oriente?

Os EUA e o seu posicionamento são um elemento decisivo para a resolução do conflito do Médio Oriente, mas não são o único. A Paz e com ela o caminho do reconhecimento mútuo do "direito de existência" depende sobretudo de

por uma política de progressivo endurecimento e de humilhação da liderança palestina. Não é possível resolver o problema, sem dar solução a ambos os lados — o direito à existência do Estado de Israel, bem como o direito à independência plena do povo palestino. A existência (e contínuo alargamento) dos colonatos israelitas e o problema de Jerusalém são porventura os mais difíceis de resolver, por terem a ver com interesses e valores de que dificilmente se abre mão. Mas não é com muros (a história recente já o provou) que se resolvem as questões do Médio Oriente. Como também o terrorismo só contribui para o agravamento da tensão e deve ser condenado. Enquanto a situação durar, mantém-se o foco de revolta que tem consequências tremendas para a paz na região e no Mundo.

Os grandes fluxos migratórios a que estamos a assistir nos tempos modernos reflectem o agravamento das dificuldades dos países em vias desenvolvimento. Como podia a União Europeia regular de forma simultaneamente eficaz e humana estes fluxos?

São, como é sabido, as difíceis condições de vida em muitas regiões do globo e a ansia de aceder à liberdade e à prosperidade que estão na base das migrações de milhões de pessoas, arrostando em muitos casos

da direita contra os imigrantes e a "excessiva imigração".

Não é possível nem desejável a construção duma "muralha europeia", mas é possível o controlo de fluxos, condicionando-os às reais possibilidades de cada país e da União Europeia como um todo.

Só com uma política comum da União, com a colaboração dos países de origem, salvaguardando direitos como o do reagrupamento familiar, com uma política que invista fortemente na integração (não na assimilação) dos imigrantes e no acesso generalizado aos direitos dos nacionais, incluindo a aquisição mais acessível da nacionalidade dos países de destino quando desejada, é possível construir uma Europa que acolha e integre tantos que tão necessários são à manutenção e progresso das nossas sociedades.

Claro que é também necessário mais justiça na distribuição do rendimento entre as várias regiões do Mundo, mas esse é um projecto que não produzirá efeitos no curto prazo. A desigualdade continuará a ser uma marca do Mundo em que vivemos, nas próximas gerações. Veja-se o sucedido nas reuniões mais recentes da Organização Mundial do Comércio incapaz de encontrar soluções equitativas, que reequilibrem as relações entre os países ricos e as economias mais atrasadas.

A Europa encontra-se novamente

UE – PORTUGAL E AS PERSPECTIVAS FINANCEIRAS 2007-13

Opinião

Falhada a aprovação da Constituição para a Europa no Conselho Europeu de Dezembro, não se escamoteia em Bruxelas que as negociações do processo constitucional e das perspectivas financeiras passaram a ficar ainda mais ligadas e, portanto, muito mais complicadas. Esta ideia foi transmitida pelos comissários Michael Schreyer e Michel Barnier, responsáveis pelo Orçamento da União e pela Política Regional, em 15 de Dezembro de 2003, a uma delegação do PS integrada pelos deputados Elisa Ferreira e João Cravinho e por mim.

Portugal não pode perder tempo a organizar-se para influenciar a negociação das perspectivas financeiras 2007-2013, a qual supõe um esforço nacional com implicações para além da actual legislatura. Para agir nesta matéria eficazmente, o Governo português tem muito trabalho de casa por fazer. A voz de Portugal em Bruxelas tem de ser tão audível e coesa quanto possível. E isso passa também pelas mensagens que o PS pode transmitir à Comissão e aos governos da família socialista europeia. O trabalho de casa do Governo inclui assegurar alguma articulação no plano interno, a nível institucional e interpartidário também.

O tempo urge: já a 25 de Janeiro a Comissão reunirá para finalizar a proposta de perspectivas financeiras para o período 2007-2013, com a qual iniciará e condicionará decisivamente a negociação. Em Bruxelas prevê-se que a negociação seja encerrada na presidência luxemburguesa, em Junho de 2005, pois ninguém a quer deixar à britânica que se segue (sempre com a marca «thatcherista» associada ao «rebate»).

A negociação será renhida, sem dúvida: no dia 15 de Dezembro passado, falhado o Conselho Europeu, o presidente Prodi recebeu uma carta de seis Estados-membros – Alemanha, França, Reino Unido, Suécia, Áustria e Holanda – opondo-se a que o orçamento da União para o período 2007-13 pudesse representar mais do que um por cento do PNB/RNB comunitário.

Esse limite do orçamento, a confirmar-se, traduzir-se-ia numa considerável redução dos montantes destinados a Portugal com fundos estruturais e de coesão no próximo Quadro Comunitário de Apoio, não só pela necessidade de repartição dos fundos também pelos novos Estados-membros, mas também devido à previsível saída de mais algumas regiões portuguesas do designado Objectivo 1. E isto sem contar com o impacto devastador para Portugal do chamado «efeito estatístico».

Recentes pronunciamentos do presidente Prodi e de vários comissários mostram que há na Comissão Europeia fortes resistências à drástica contenção do tecto orçamental. Mas não são despendidos, pelo contrário, todos os esforços para arrear a proposta dos Seis. Portugal deveria fazer-se ouvir junto dos outros Estados-membros para impedir que o orçamento comunitário seja restringido numa fase em que a União vai ser alargada. Para não pagar a factura do alargamento, à custa dos países da coesão. Portugal não pode também ficar à espera da Espanha, ou à sombra da Espanha, na linha seguidista do governo de Durão Barroso. Pelo contrário, Lisboa vai ter de negociar o IV Quadro Comunitário de Apoio partindo do princípio de que as sinergias que até aqui desenvolveu com Madrid em Bruxelas, porque havia interesses coincidentes no plano da coesão, se modificarão, pois todas as regiões espanholas deverão sair do Objectivo 1 no período 2007-2013.

A Portugal importa garantir a continuação de um máximo de fundos para apoio das suas regiões menos desenvolvidas e para isso tem de concertar esforços com parceiros com necessidades semelhantes. Portugal precisa de agir junto da Comissão e de todos os Estados-membros da União para afirmar a sua posição, fazer compreender constrangimentos nacionais e fazer vingar interesses próprios.

Em qualquer contexto, mas sobretudo num cenário em que não haja aumento significativo do orçamento comunitário e se confirme a saída de algumas regiões portuguesas do Objectivo 1, Portugal precisa de ter preparada uma estratégia para suportar um eventual embate de um corte acentuado dos Fundos Estruturais e de Coesão. Ela implica:

- Preparar-se, no tempo que resta até à decisão final sobre o orçamento da União, para utilizar melhor os fundos comunitários, agilizando estruturas e direccionando o investimento para projectos de maior qualidade, adequados às necessidades das regiões;
- Sensibilizar a Comissão Europeia e os Estados-membros, contribuintes líquidos ou não, para as necessidades que continua a ter em matéria de desenvolvimento, sobretudo para as regiões que ultrapassarem os 75 por cento da média comunitária;
- Mostrar criatividade e capacidade de conceber estratégias próprias para continuar a captar fundos em montantes adequados às necessidades de desenvolvimento do País e aproveitar as novas orientações da Estratégia de Lisboa que, no futuro, condicionarão todas as políticas da União Europeia.

A Estratégia de Lisboa deve também servir o objectivo da convergência entre os membros da União. Importa a Portugal neste quadro promover a utilização de novos indicadores, além da população e do PIB/per capita: por exemplo, o nível de educação e qualificação, os índices em matéria de investigação científica e tecnológica e não apenas de âmbito regional, mas também nacional. Assim, debilidades estruturais da nossa economia poderão ser tidas em conta e não impedir que nos qualifiquemos para competir em projectos elegíveis em função de critérios de excelência. De outro modo, poderemos confrontar-nos com uma perversa diferenciação nas capacidades de competir.

Portugal deve também exigir uma autêntica reforma da Política Agrícola Comum, que estimule um acordo internacional de comércio justo no âmbito da OMC. É do interesse de Portugal pôr em causa o entendimento que consagra ao financiamento da PAC, até 2013, a parte leonina de 55% do orçamento da União. Portugal não é beneficiário líquido da PAC e este acordo só agrava uma flagrante injustiça.

O Governo não tem estratégia para negociar as perspectivas financeiras 2007-2013. E tem agravado, pelas desastrosas políticas económicas e sociais, as condições de Portugal para beneficiar das políticas e dos fundos a afectar à aplicação da Estratégia de Lisboa: em dois anos apenas, o Executivo da direita conseguiu a proeza de pôr Portugal a divergir da média comunitária, invertendo a consistente aproximação que marcou a governação PS. Os portugueses saberão, sem dúvida, pedir responsabilidades ao Governo de Durão Barroso.



ANA GOMES

GIULIANO AMATO

UMA CONSTITUIÇÃO PARA EVITAR O COLAPSO DA UNIÃO EUROPEIA

“Se não queremos que a Europa colapse, então é necessário que, mais tarde ou mais cedo, algo como o actual projecto de Constituição seja aprovado”, afirmou no passado sábado, no Grémio Literário, o ex-primeiro-ministro italiano Giuliano Amato, também vice-presidente da Convenção sobre o Futuro da Europa. Amato foi o convidado especial da primeira iniciativa do recém-criado “Clube do Chiado”, que se identifica como sendo de centro-esquerda, profundamente europeísta e que pretende dar uma nova vitalidade e projecção às ideias progressistas.

A intervenção de Amato foi no sentido de explicar a importância de uma Constituição para a União Europeia e para os cidadãos, tendo para isso referido a actual crise que se vive, tanto em termos políticos como económicos, e à erosão de valores e mecanismos de identificação dos europeus com as instituições comunitárias.

Apesar do fracasso da Cimeira de Bruxelas, Amato considera que não foi tempo perdido, porque considera todo o trabalho da Convenção como “uma das primeiras experiências da vida da Europa democrática”, tendo-se conseguido “um texto sólido que mais tarde ou mais cedo virá a ser aprovado”.

“Os governos nacionais não podem ser os únicos actores na defesa da Constituição. É preciso envolver toda a sociedade e aprová-la rapidamente, para que a União não se desfaça”, considerou. “Não se consegue conquistar os cidadãos europeus dizendo-lhes apenas que temos um mercado e uma moeda”, afirmou, acrescentando que a “Estratégia



de Lisboa” representa uma nova esperança para a Europa, porque tem como elemento central os cidadãos e não apenas as empresas.

Amato referiu ainda que gostou da carta que o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, enviou aos líderes socialistas afirmando que se o Pacto de Estabilidade e Crescimento era estúpido, não nos devíamos livrar dele, mas sim da sua estupidez.

O deputado do PS Alberto Costa, que foi um dos representantes do Parlamento nos trabalhos da Convenção, considerou fundamental uma reconciliação com a Constituição, não deixando de considerar, contudo, um lado positivo que houve no fracasso da Cimeira de Bruxelas. Por um lado, disse, ficou clara a responsabilidade governativa na aprovação da Constituição. Por outro, a extensão do debate político sobre as

vantagens da Constituição, agora num novo contexto.

Alberto Costa sublinhou ainda que, à luz do artigo 5º, nenhuma norma da Constituição pode invalidar uma norma constitucional nacional, o que é importante para clarificar um debate que ameaçou criar equívocos nesta matéria. A eurodeputada Maria Carrilho fez a apresentação de Giuliano Amato e José Lamego apresentou o Clube do Chiado, que tem disponível um sítio internet com um inquérito sobre o futuro da Europa em www.clubedochiado.com.pt.

Outros clubes políticos na área de centro-esquerda e da esquerda democrática: Margem Esquerda, Imaginar Portugal, Terras do Levante, 4 de Outubro, Clube de Lisboa, Portugal em Debate

MANUEL DOS SANTOS

CONSELHO INTERROGADO SOBRE AGÊNCIA DE SEGURANÇA MARÍTIMA

Explorar a possibilidade de serem criadas condições para que a Agência de Segurança Marítima Europeia, que terá a sua sede em Lisboa, estabeleça relações de sinergia com o Porto, também uma cidade portuária com intenso tráfego nas suas costas, é o principal objectivo de uma pergunta dirigida ao Conselho pelo eurodeputado Manuel dos Santos.

Na questão que foi apresentada esta semana, Manuel dos Santos recorda que não está em causa a atribuição da sede a Lisboa, porque esta era a proposta inicial apresentada ainda durante a governação do Partido Socialista, mas pretende saber se não seria possível haver uma complementaridade entre as duas cidades, designadamente através da criação de uma estrutura descentralizada com capacidade para desempenhar algumas funções, como por exemplo, a nível da monitorização do tráfego marítimo junto à costa.



CARLOS LAGE

PRESIDÊNCIA DA IRLANDA SERÁ PRUDENTE E MODESTA

“Prudentes e modestos”, é como são definidos pelo presidente da delegação socialista portuguesa no Parlamento Europeu, Carlos Lage, os objectivos da presidência irlandesa da União, que se iniciou no passado dia 1 de Janeiro, deixando para trás um semestre liderado pelo primeiro-ministro italiano Silvio Berlusconi que foi “desprestigante” e “uma espécie de *comedia del arte*”.

Dar alento à “Estratégia de Lisboa”, reformular o Pacto de Estabilidade e Crescimento e continuar as consultas para que a União possa sair do impasse relativamente à aprovação do projecto de Constituição, são alguns dos temas que estarão no centro da presidência irlandesa da União.

Se o impulso à “Estratégia de Lisboa” é visto de forma positiva pelo eurodeputado Carlos Lage, designadamente para que a União a transforme numa acção política concreta, o mesmo já não acontece no que se refere às intenções irlandesas quanto ao PEC e à Constituição.

Quanto ao PEC, o eurodeputado “tem dúvidas” que a estratégia correcta seja a de obrigar ao seu cumprimento nos termos em que está formulado. “A prioridade deverá ser a sua reformulação, visto que o PEC, aos olhos de todos, está desadaptado dos ciclos da conjuntura económica recessiva, devendo ser, como refere Ferro



Rodrigues, repensado à luz da experiência dos últimos anos”.

Carlos Lage lamenta também que a presidência irlandesa não defina de forma clara e objectiva como prioridade a aprovação do projecto de Constituição, na medida em que isso comporta riscos. “O projecto de Constituição saído da Convenção mostra cada vez mais a sua robustez ao resistir ao fracasso da Cimeira de Bruxelas, mas não pode morrer por asfixia”, sublinha, acrescentando que é necessário que seja fixado um calendário e um conjunto de compromissos que afaste o risco de se criar um vazio.

Aliás, o eurodeputado atribui o insucesso da Cimeira de Bruxelas, em parte, à incapacidade negocial da presidência italiana, e não apenas à intransigência da

Polónia e da Espanha

Na opinião de Carlos Lage, o primeiro-ministro irlandês devia utilizar toda a habilidade e capacidade negocial adquirida nas difíceis negociações do processo de paz da Irlanda do Norte na tentativa de ultrapassar o impasse em que caiu a aprovação do projecto de Constituição. Entre as outras prioridades da presidência irlandesa, estão a garantia do sucesso do alargamento da União Europeia, que a partir de 1 de Maio contará com mais dez Estados-membros, e o aprofundamento do espaço de segurança, justiça e liberdade. A decisão sobre as perspectivas financeiras da União para o período 2007-2013 estará também na ordem do dia e promete um debate animado.

PP.

RELATÓRIO DE LUÍS MARINHO

ABRIR NOVOS CAMINHOS PARA POLÍTICAS DE ASILO

Abrir novos caminhos para a implementação de políticas de asilo na União Europeia, criando sistemas mais acessíveis, equitativos e organizados, é um dos principais objectivos do relatório que está a ser elaborado pelo eurodeputado Luís Marinho, membro das Comissão dos Assuntos Constitucionais e das Liberdades Públicas do Parlamento Europeu.

Partindo de um conjunto de contributos como o do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, o do Programa Comum para a Protecção e as “Novas abordagens internacionais do tratamento de pedidos de asilo” apresentado pelo Reino Unido no Conselho Europeu de Bruxelas de Março de 2003, o relatório preconiza a implementação de um conjunto de medidas que possam ultrapassar o impasse que se verifica nesta matéria em algumas áreas, essencialmente por não terem sido implementadas pelos Estados-membros, sobretudo em matéria de estatuto dos refugiados e processos de asilo. Neste sentido, o relatório constata “uma crise que todos os Estados-membros enfrentam no que respeita ao regime de asilo”, designadamente em virtude da “utilização abusiva dos processos de asilo devido ao aumento dos fluxos migratórios mistos, frequentemente

alimentados por passadores de fronteiras, nos quais participam tanto pessoas que carecem legitimamente de protecção internacional como emigrantes económicos que utilizam vias e os processos de asilo para acederem ao território dos Estados-membros à procura de melhores condições de vida”.

Para ultrapassar esta crise, o relatório de Luís Marinho sustenta, entre outras coisas, que se facilite a entrada legal na União Europeia de cidadãos de países terceiros por razões de emprego ou de reagrupamento familiar e que se combata a imigração ilegal, dentro da estrita observância das obrigações internacionais de natureza humanitária. Neste contexto, defende-se a plena observância das obrigações jurídicas internacionais a que estão vinculados os Estados-membros, como a Convenção de Genebra e a Convenção Europeia de Salvaguarda dos Direitos do Homem.

O relatório preconiza o aumento da protecção na região de origem e a análise dos pedidos de protecção tendo em conta as necessidades, logo que esteja regulamentado o acesso à UE mediante a instituição de sistemas de entradas protegidas e de programas de reinstalação. Defende-se ainda que sejam repartidos os encargos com a implementação

daquelas medidas, tanto no interior da União Europeia como com os países terceiros de acolhimento de refugiados. O relatório insta ainda a União Europeia a ter em conta que uma nova abordagem complementar dos actuais regimes de asilo deve visar a chegada ordenada e organizada à União das pessoas que carecem de protecção internacional a partir da região de origem através de um sistema de reinstalação à escala comunitária, que consistiria na transferência de refugiados a partir de um primeiro país de acolhimento e no estabelecimento de processos de entrada protegida, que permitiria a apresentação de um pedido de asilo ou de protecção fora do potencial país de acolhimento.

Para Luís Marinho, este documento é uma forma de dar corpo às ideias e expectativas da Comissão e, particularmente, do comissário António Vitorino, responsável por este pelouro, apontando as grandes pistas para a implementação de uma política de asilo do futuro.

“Este relatório, se for aprovado, pode vir a ser uma carta política sobre os direitos de asilo e emigração”, afirma o eurodeputado. O relatório será discutido ainda durante o mês de Janeiro em Comissão e votado na sessão plenária do Parlamento Europeu de Fevereiro.

NA ÍNDIA

SOCIALISTAS CONCERTAM POSIÇÕES PARA O FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

Socialistas de várias partes do mundo vão concertar posições para defenderem uma regulação mais eficaz de globalização e um comércio mundial mais equitativo na próxima reunião do Fórum Social Mundial, que entre os dias 16 e 21 de Janeiro se realiza em Mumbai, Índia.

António Guterres presidirá, no dia 16, a uma reunião que se realiza previamente ao Fórum Social Mundial e na qual participarão socialistas de vários quadrantes, entre os quais uma delegação do Parlamento Europeu que integra o eurodeputado Sérgio Sousa Pinto.

Entre os temas que estarão no centro dos debates, destaque para a crescente iniquidade do comércio internacional, que tem alargado o fosso entre os países ricos e os pobres, o agravamento das desigualdades sociais nos países desenvolvidos, a regulação dos movimentos de capitais e a análise da experiência asiática, que tem sido um caso de sucesso no contexto da globalização.

Para Sérgio Sousa Pinto, a expectativa é a de que este Fórum Social Mundial não se fique pela mera denuncia da globalização e vá mais longe. “É necessário apontar caminhos para a regulação económica e dos movimentos de capitais e, no plano da Organização Mundial do Comércio, é crucial que esta instituição não funcione como um mero instrumento de dominação das economias pobres pelas ricas e crie oportunidades de comércio para o hemisfério sul, designadamente a nível das produções agrícolas”.

Uma das propostas que será apresentada pelos socialistas é a da necessidade de controlo mais eficaz dos mercados de capitais e a defesa da extinção dos paraísos fiscais, muito utilizados por quem quer fugir aos impostos e fazer lavagens de dinheiro.

Actualmente, a Índia, o Brasil e a China são os três principais representantes dos países em desenvolvimento e têm sido os interlocutores do mundo ocidental. Foram essencialmente aqueles países que exigiram o respeito pelos interesses específicos dos países em desenvolvimento, levando inclusivamente ao bloqueio das negociações na OMC.

O Fórum Social Mundial tem sido uma plataforma onde movimentos da esquerda (e não só) têm discutido e procurado lançar pistas sobre uma globalização alternativa e uma maior justiça e equidade no comércio mundial.

HELENA TORRES MARQUES

CONCORRÊNCIA ABRE INQUÉRITO SOBRE CARTÕES ELECTRÓNICOS

A Autoridade da Concorrência abriu um inquérito com base nas queixas apresentadas pela eurodeputada Helena Torres Marques sobre a alegada existência de abuso de posição dominante por parte da UNICRE e da SIBS, empresas que processam praticamente todas as transacções com cartões electrónicos emitidos em Portugal.

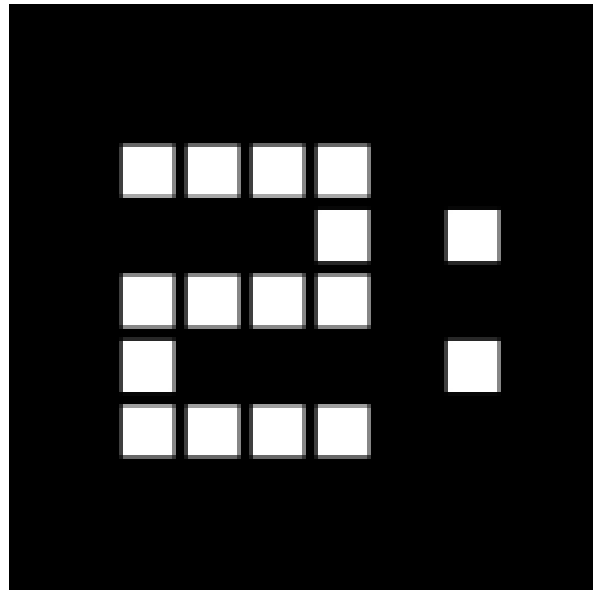
A eurodeputada foi informada da abertura do inquérito no passado mês de Dezembro, altura em que também a Comissão Europeia respondeu a uma pergunta sobre o mesmo tema. O Executivo comunitário considera que a intervenção no caso de abuso de posição dominante para repor o equilíbrio do mercado será feita pelas autoridades nacionais para a concorrência e pela própria Comissão, a quem compete garantir o cumprimento das decisões da União neste domínio.



A 2: O INDISFARÇÁVEL RECUO DO GOVERNO

ALBERTO ARONS DE CARVALHO

VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS



1. A continuação do 2.º canal da RTP constitui um claro recuo e uma derrota política do Governo.

Antes das eleições, inclusivamente no próprio programa eleitoral do PSD, defendia-se a alienação de um dos canais da RTP “em termos a definir em diálogo com os operadores privados”.

Os enormes protestos que esta proposta levantou obrigaram o Governo a encontrar uma saída airosa para este notório recuo.

2. Essa saída airosa começou por traduzir-se na proposta de criação de uma outra empresa, autónoma da RTP, que seria representativa ou mesmo “a expressão da sociedade civil”.

Depressa se percebeu que criar uma nova empresa paralela à RTP só faria aumentar o custo deste novo canal, pelo que, de recuo em recuo, o Governo acabou por atribuir a concessão deste segundo canal à RTP por um prazo de oito anos. A

principal personagem desta lamentável história, o ministro Nuno Morais Sarmento, teria o seu momento de sinceridade quando há poucos dias, interrogado sobre o que aconteceria ao fim desses oito anos, confessou que nessa altura já ele não seria ministro... Por outras palavras, a política já terá então mudado, pelo que a concessão autónoma já terá sido substituída por uma integração plena na RTP...

3. A defesa de um serviço público com dois ou mais canais, que mobilizou vastos sectores políticos e culturais, não deve a sua força ao facto de na Europa apenas os pequenos países – Malta e Estónia, por exemplo, terem apenas um canal de serviço público de televisão. De facto, a eventual privatização ou extinção de um dos canais da RTP enfraqueceria o serviço público obrigando-o a uma opção muito difícil e de resultado negativo: ou abdicaria da função de representação das minorias e de apresentação de uma programação com maior exigência cultural e formativa – típica dos segundos

canais de serviço público – ou remeteria para o canal 1 (e nesse caso único...) o essencial dessa programação. Optando pela primeira hipótese, o serviço público ficaria amputado de uma das suas funções mais importantes. Escolhendo a segunda, ficaria remetido a um papel secundário, a uma programação apenas dirigida às minorias, a uma diminuta audiência, perdendo a RTP a sua função reguladora da oferta televisiva.

4. Por outro lado, o eventual desaparecimento do segundo canal da RTP não representaria uma poupança relevante, ao contrário do que então se propalou. De facto, a necessária mudança da programação da RTP1, com a integração de conteúdos inquestionáveis no serviço público – noticiário cultural, programas para minorias religiosas, etc. – faria diminuir o *share* do canal, perdendo-se em receitas publicitárias o que se pouparia em despesas de difusão, com o escasso pessoal ou com a grelha de programas.

5. Propala-se agora que a apregoada “participação da sociedade civil” veio diminuir o custo do canal. Importa assinalar que grande parte dessa “sociedade civil” é constituída afinal por entidades estatais, com dotações previstas no Orçamento de Estado. Não há assim nenhuma poupança ao erário público. Há apenas uma diminuição dos custos directos atribuídos à RTP. Ou não serão entidades estatais o Ministério da Cultura, o Instituto Camões, o Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, o Instituto de Defesa Nacional, entre muitas outras?...

6. Ao referir-se ao futuro do segundo canal, o ministro Morais Sarmento anunciou com grande pompa e circunstância que entre o Estado e a iniciativa privada, o Governo tinha escolhido a sociedade civil, proclamando assim a originalidade desta opção.

A afirmação não é sequer verdadeira, independentemente ser extremamente demagógica. De facto, o carácter essencial do modelo europeu de serviço público de televisão é a recusa de uma televisão detida e sujeita aos interesses de grupos privados ou directamente vinculada à Administração Pública, como se de uma Direcção-Geral se tratasse.

De resto, as experiências de países como a Holanda ou a Alemanha, para citar apenas os exemplos mais conhecidos, testemunham precisamente a participação decisiva da sociedade civil na estrutura da empresa de serviço público de televisão. Estas experiências foram iniciadas há várias décadas... Em Portugal, essa participação foi realizada através do Conselho de Opinião da RTP. O curioso desta história consiste no facto de terem sido precisamente este Governo e este ministro quem marginalizou o Conselho de Opinião, quando ele se opôs tenazmente às medidas que criam impor à RTP... Aliás, hoje já não existe Conselho de Opinião da RTP mas apenas um Conselho para a RTP e a RDP, afastado da participação na vida da empresa RTP.

7. Esta “participação” da sociedade civil encerra outros perigos. Ela foi suscitada junto de quem quer que manifestasse interesse. Acontece que o resultado final apresentado pela empresa prevê que as entidades que participem tenham a possibilidade de influenciar directamente a programação, inclusivamente escolhendo os intervenientes em debates. Um exemplo sugestivo pode encontrar-se na área da saúde: a única entidade interessada na 2: foi a Associação Nacional de Farmácias. Será razoável que esta associação – cuja defesa dos interesses do sector que representa não está em causa – possa determinar livremente quem e como se faz a programação sobre saúde do canal?

8. Na grelha de programas do novo canal, houve todavia o elementar cuidado em articular a oferta televisiva com aquilo que é a programação do primeiro canal da RTP. A 2: continua pois a ser um canal complementar e articulado com a RTP1. E o modelo encontrado é muito mais uma forma airosa de disfarçar o indisfarçável recuo do Governo do que uma imaginativa solução de mobilização da tal “sociedade civil”. Valha ao menos o esforço, que se assinala, de modernizar o grafismo do canal e de, respeitando o meritório trabalho realizado pelos anteriores responsáveis pela RTP2, integrar novos conteúdos e formatos. Foi pena que se tivesse cedido ao “diktat” de Morais Sarmento sobre o fim do programa “Acontece”, de tanta tradição na RTP...

9. O PSD é assim mesmo: promete a privatização da RTP mas depois cria uma empresa que tem dois contratos de concessão de serviço público de televisão, um para a 2: e outro para os restantes canais, internacionais e regionais incluídos. Contesta os milhões atribuídos pelo Governo PS à RTP, mas depois estipula os mais altos valores de indemnização compensatória jamais previstos.



O secretário-geral do PS, no passado mês de Dezembro, percorreu mais de onze mil quilómetros no País, em diversas acções políticas com o objectivo de fazer passar a mensagem socialista junto dos seus militantes e dos portugueses. Com esta foto do jantar de Natal da Concelhia do PS/Porto, fica de certo modo ilustrado todo o esforço desenvolvido por Ferro Rodrigues que incansavelmente se tem desdobrado em iniciativas nas mais diversas áreas e sectores.

SAÚDE

SOCIALISTAS PEDEM AUDITORIA A 31 HOSPITAIS SA

O Grupo Parlamentar do PS quer que o Tribunal de Contas faça uma auditoria às contas dos 31 Hospitais criados em 2002 pelo Governo, sob a forma de Sociedades Anónimas de Capitais Exclusivamente Públicos, relativamente aos anos de 2002 e 2003.

Os socialistas solicitaram, através de um requerimento entregue à Assembleia da República, no passado dia 8, que sejam avaliadas a legalidade e a gestão financeira destas unidades de cuidados de saúde, incluindo a organização, funcionamento e fiabilidade dos sistemas de controlo interno.

O deputado Afonso Candal, primeiro subscritor do documento, explica que "a introdução desta nova figura jurídica para os hospitais representa uma transformação significativa ao nível do modelo de gestão hospitalar, exigindo um acompanhamento e conhecimento permanentes e sistemáticos da sua aplicação, de modo a poder aferir-se se os seus objectivos são alcançados, designadamente na universalidade do acesso".

É que, acrescenta, "volvimo um ano sobre a transformação dos referidos hospitais em sociedades anónimas de capitais exclusivamente públicos, desconhecem-se por completo, como ficou bem patente aquando da discussão do Orçamento do Estado para 2004, os resultados da aplicação do novo modelo".

O parlamentar salienta ainda que vários dos seus colegas de bancada usaram da figura regimental do requerimento para solicitar ao Governo elementos sobre os indicadores de gestão destes hospitais, sem que tenham obtido qualquer resposta.

Afonso Candal manifesta, por último, a "mais profunda preocupação" dos deputados que subscreveram este novo



requerimento face à "ausência total de elementos relativos à gestão daqueles hospitais, cujos reflexos inevitavelmente se farão sentir no âmbito do Serviço Nacional de Saúde e junto dos próprios cidadãos que procuram aceder à prestação de cuidados de saúde".

Apreciação parlamentar de Entidade Reguladora

Entretanto, no mesmo dia, os socialistas entregaram um outro requerimento, onde exigem a apreciação parlamentar do decreto-lei que cria a Entidade Reguladora de Saúde, um organismo que tem por objectivo regulação, a supervisão e o acompanhamento da actividade desenvolvida pelos estabelecimentos, instituições e serviços prestadores de cuidados de saúde, cabendo-lhe, nomeadamente enquanto regulador, defender os interesses dos utentes e garantir a concorrência entre operadores

no quadro da prossecução dos direitos dos utentes.

Segundo Afonso Candal, a bancada socialista constatou que o diploma em causa "enquadra soluções normativas desajustadas e desequilibradas quer do ponto de vista dos direitos e interesses dos utentes, quer do ponto de vista do próprio funcionamento e organização da ERS, situação que importa corrigir".

"Não se entende como pode esta entidade promover e defender os interesses dos utentes se na sua orgânica não contempla qualquer estrutura ou plataforma de participação e representação dos mesmos", explica Candal, para quem também merecem "as maiores reservas" o quadro de competências e atribuições conferidas à entidade, sobretudo, no plano da sua gestão e articulação com as competências e atribuições, que actualmente são desenvolvidas por outros entes públicos na área da saúde.

M.R.

PLANO DE EMERGÊNCIA DO EURO 2004

EXCLUSÃO DO HOSPITAL DA GUARDA PREOCUPA SOCIALISTAS

A eventual exclusão do hospital distrital da Guarda do Plano de Emergência do Euro-2004 levou o deputado do PS Fernando Cabral a dirigir um requerimento ao ministro da Saúde.

No documento, Fernando Cabral refere declarações do secretário de Estado da Saúde, segundo as quais "será o hospital da Covilhã a plataforma giratória da estrutura do referido plano" e ainda que "ao abrigo deste instrumento, serão colocados novos equipamentos nos hospitais da Covilhã e Castelo Branco". Referindo que a Guarda está localizada "no cruzamento das principais vias ferroviárias e rodoviárias da mais importante porta terrestre de acesso à Europa, fronteira de Vilar Formoso", o

deputado socialista sublinha que "provavelmente muitos dos adeptos que irão acompanhar as equipas do Euro-2004 entrarão em Portugal pela fronteira de Vilar Formoso e a Guarda será a primeira cidade que encontrarão".

Por isso, considera ser "no mínimo estranho e incompreensível" que no contexto do posicionamento geográfico da Guarda, não tenha havido qualquer referência ao hospital distrital desta cidade.

Escola Superior de Saúde marca passo

Entretanto, os deputados eleitos pelo distrito exigem que a ministra da Ciência

e do Ensino Superior esclareça definitivamente se a Escola Superior de Enfermagem da Guarda vai ou não ser convertida, no ano lectivo 2004/2005, em Escola Superior de Saúde da Guarda.

Os deputados Fernando Cabral e Joaquim Pina Moura criticaram, em requerimento apresentado à Assembleia da República, no passado dia 6, o silêncio que tem rodeado esta matéria, lembrando que há um ano atrás tinham questionado a tutela sobre o mesmo assunto, tendo obtido como resposta, oito meses depois, que as questões colocadas estavam a merecer, por parte do ministério, a melhor atenção e uma análise detalhada, sem se ter avançado mais nada.

Opinião

PREVENÇÃO: PRETEXTO PARA NÃO FAZER NADA

Poder-se-á falar em prevenção quando se limita ou atrasa o fornecimento de verbas para os tratamentos e a redução de danos que poderão evitar o alastrar de mais infecções ou mortes?



JOAQUIM JORGE VEIGUNHA

O termo "prevenção" está na moda nos tempos que correm. O Presidente George W. Bush desencadeou uma guerra preventiva contra o Iraque suspeito de possuir armas de destruição maciça com as consequências catastróficas que se conhecem. Mas os "previdentes" não surgiram apenas agora. Há alguns anos, numa conferência internacional em que se discutiam propostas para reduzir a explosão demográfica dos países em vias de desenvolvimento, os opositores à divulgação dos métodos contraceptivos argumentavam que se deviam prevenir prioritariamente as causas económicas e sociais da explosão demográfica, já

que o planeamento familiar e a contracepção não passavam de paliativos que se limitavam a atacar os seus efeitos.

Tudo indica que a política governamental de combate à toxicod dependência se baseia também neste tipo de estratégia "preventiva". O ministro da Saúde anunciou um programa de combate à toxicod dependência para 2004 em que serão mobilizados nove milhões de euros. O programa desenvolver-se-á em quatro etapas: a primeira, considerada a prioritária, será a prevenção, a segunda, o tratamento, a terceira, a redução de danos, através do reforço dos gabinetes de apoio aos toxicod dependentes e das equipas de ruas, e a quarta a reintegração social. Este plano prevê ainda programas que nas prisões permitam aos reclusos optarem livremente por renunciar ao consumo de estupefacientes.

Sempre desconfiei dos planos perfeitos. Tendo em conta a acção concreta do Governo no combate à toxicod dependência, o plano do ministro Luís Filipe Pereira tem sido muito deficiente, especificamente no que respeita à segunda e terceira e etapas, tratamento e redução de danos. Assim, desde Agosto, o Instituto da Droga e da Toxicod dependência deve à comunidades terapêuticas com camas convencionadas cerca de 3,24 milhões de euros, as associações que se dedicam ao tratamento de doentes com sida, muitos dos quais são toxicod dependentes, esperam, como Godot, pela aprovação de diversos projectos de financiamento para poderem planear a sua actividade futura e, enquanto o Governo está a montar os seus programas para a libertação do consumo de estupefacientes nas prisões, milhares de reclusos continuam a contrair a sida e outras doenças infecciosas devido à utilização de seringas contaminadas.

A estratégia governamental de combate à toxicod dependência equivale à recomendação daquele médico que recebe um doente no seu consultório e lhe diz: "Meu caro senhor, lamento muito informá-lo mas neste momento não posso fazer nada por si, já que estamos a elaborar uma estratégia para prevenir a sua doença. Só numa segunda fase poderemos iniciar os tratamentos. Passe por cá daqui a dez anos e verá que o seu problema será prontamente resolvido". Dez anos depois o doente já terá provavelmente morrido.

O ministro da Saúde e o Governo, para além de considerarem imoral tentar reduzir o número de infecções e mortes nas prisões através da criação de salas de injeção assistida, consideram que prevenção, por um lado, cura e redução de danos, por outro, se excluem mutuamente quando, pelo contrário, são interdependentes. De facto, enquanto a prevenção visa o longo prazo, o tratamento e a redução de danos têm como horizonte o curto prazo. Mas isso significa que ambos podem ser pensados apenas na sua relação e interdependência: um investimento no tratamento e na redução de danos não é incompatível com acções de prevenção, mas constitui a primeira etapa de uma estratégia efectiva de prevenção futura. Poder-se-á falar em prevenção quando se limita ou atrasa o fornecimento de verbas para os tratamentos e a redução de danos que poderão evitar o alastrar de mais infecções ou mortes? É não será absurdo que o Governo considere que a prevenção é a primeira etapa da sua estratégia de combate à toxicod dependência? Não será verdade que, terminada esta etapa, as outras três tornar-se-ão redundantes: se conseguirmos prevenir o mal já não necessitamos de o curar, nem de reduzir os danos que ele provoca e, por maioria de razão, reintegrar na sociedade os que dele padeciam. O que me leva a concluir que o ministro da Saúde fala de prevenção como mero pretexto para não fazer nada.

LISBOA: NÃO À COLIGAÇÃO

O PCP de Lisboa anunciou recentemente que está disponível para manter a coligação eleitoral autárquica com o PS, no âmbito do acordo estabelecido há mais de uma década, para o município de Lisboa. Aproveitou, porém, para sublinhar que não aceitará uma posição de subalternidade em relação aos socialistas, que considera serem uma força política menor que o PCP em Lisboa. A este respeito, o presidente do PS/Lisboa tem declarado que não tem ainda uma posição definida sobre esta matéria, ou seja, que o PS poderá concorrer sozinho ou coligado.

Antes de mais e em primeiro lugar lanço o apelo a que esta matéria seja objecto de um debate profundo nas secções do concelho de Lisboa para posterior deliberação da posição do PS/Lisboa na sua Comissão Política Concelhia (CPC).

Os socialistas de Lisboa não só não são menos que os comunistas, como também não podem ser menos que os socialistas do resto do país. Por todo o país são as concelhias que definem a estratégia, o candidato a presidente de Câmara e os demais candidatos aos órgãos autárquicos municipais. Por que é que em Lisboa os militantes de base são repetidamente substituídos nesse processo decisório por outros actores? Não temos órgãos eleitos e não somos tão capazes como os camaradas de outros concelhos?

Claro que sim. É hora de pôr um ponto final nesta desconsideração e reclamar para a CPC do PS/Lisboa e as secções do concelho o legítimo exercício da condução da política autárquica do PS em Lisboa.

Começemos então já a construir esta importante decisão. Lancemos esse debate nas bases do PS/Lisboa, nas suas secções, para que todos os militantes se possam pronunciar sobre a eventualidade do PS apresentar listas conjuntas com o PCP e/ou o BE, e que listas. Não só ao nível municipal, mas também ao nível das freguesias, sobre as quais a competência é das respectivas secções de residência.

Em segundo lugar, tomo esta oportunidade para defender que o PS deve concorrer sozinho às próximas eleições autárquicas.

Ficou tragicamente provado nas eleições autárquicas de Dezembro de 2001 que coligação não significa vitória. Analisando que a direita não estava coligada e mesmo assim o PSD ganhou as eleições, não obstante os impressionante 9 por cento de Paulo Portas, podemos concluir que o fundamental para voltar a ganhar a Câmara é voltar a apresentar um candidato abrangente e mobilizador, que suportado numa equipa competente seja capaz de apresentar um projecto entusiasmante e de qualidade para Lisboa e para os lisboetas.

A definição de coligações será sempre instrumental em função dos factores que captam a confiança do eleitorado, daí a recusa da premissa de que é catastrófico o PS concorrer sozinho. Creio mesmo que a coligação não só não é necessária como é lesiva. Sobrevaloriza, por um lado, o PCP - que sem personalidade evidente para candidatar a presidente da Câmara dificilmente valerá mais de meia dúzia de pontos percentuais - enquanto, por outro lado, empurra para a direita o eleitorado de centro. Igual erro seria cometido ao impulsionar o BE para uma posição de relevo que nunca teve pela via eleitoral. Recordemos que o BE falhou mesmo a eleição de um único vereador nas últimas autárquicas.

Nas últimas autárquicas, o actual presidente da Câmara apresentou-se como um candidato moderado, preocupado com o cidadão comum das zonas residenciais e concentrado nas suas ideias para a cidade, entre os politicamente radicalizados PP e Coligação "Amar Lisboa", onde o excessivo peso da extrema-esquerda, PCP, foi coroado no final da campanha com uma inoportuna difusão de uma declaração de apoio de Álvaro Cunhal.

A coligação que conhecemos não só prejudica o resultado eleitoral do PS como ainda desvirtua o sentido de voto dos eleitores. Alguém acredita que a maioria das pessoas que votam na coligação PS/PCP são eleitores PCP ou da extrema-esquerda?

Pois bem, a actual distribuição de lugares nas listas conjuntas PCP/PS faz com que o PCP seja uma força política mais importante do que o PS em Lisboa: com o mesmo número de vereadores que o PS; mais presidências de Junta de Freguesia e mais deputados municipais! Romper a coligação irá no mínimo repor a verdade entre PS e PCP permitindo nomeadamente que o PS assumira um importante número de presidências de Junta em freguesias onde é maioritário.

A experiência continuada da Coligação tem sido penosa. Vem inalterada desde 1989, uma época de esperança, em que o contexto internacional apontava para a transformação do PCP, então ainda uma força política com resultados eleitorais importantes, num partido do espectro democrático e eventual parceiro do PS. A coligação de 1989 foi ainda um estímulo à evolução do PCP, que se deparava com a revelação da realidade a Leste e a sua inevitável convergência com o modelo ocidental.

Mas o PCP não evoluiu. Pelo contrário, a História assiste ainda hoje, estupefacta, à saída de vagas de renovadores que abandonam ou são expulsos de um PCP anacronicamente anti-sistémico, antidemocrático e persecutório. O renovado partido comunista que poderíamos ter como parceiro não existe, somos aliás em grande medida nós, enriquecidos por muitas adesões daí provenientes. O PCP fez assim o favor eleitoral de transformar o PS no partido hegemónico da esquerda, remetendo-se para uma posição marginal de franja em contínua decadência.

Temos que encarar a realidade. Não é possível pedir ao eleitorado de centro, muito do qual oportunamente desconfortável com a participação do PP no Governo, que aceite do nosso lado qualquer coligação com um PCP que não mudou e que nós próprios, na esquerda democrática, consideramos um delírio ideológico tenebrosamente negacionista enquanto repudiamos a sua prática política interna.

Por estes motivos, o PS deve assumir a liderança no espaço político da esquerda democrática e apresentar-se com um projecto próprio, credível e alternativo à actual maioria de direita, nas próximas eleições autárquicas.



FILIPE SANTOS COSTA
MEMBRO DA COMISSÃO POLÍTICA
CONCELHIA DE LISBOA

Creio mesmo que a coligação não só não é necessária como é lesiva. Sobrevaloriza, por um lado, o PCP - que sem personalidade evidente para candidatar a presidente da Câmara dificilmente valerá mais de meia dúzia de pontos percentuais - enquanto, por outro lado, empurra para a direita o eleitorado de centro.

PS SOLIDÁRIO COM EDITE ESTRELA

Edite Estrela considerou "injusta", mas "não inesperada", a sentença que a condenou ao pagamento de seis mil euros ou 133 dias de prisão pelos crimes de violação dos deveres de neutralidade e imparcialidade e de abuso de poder por distribuir aos municípios uma carta considerada eleitoralista.

A ex-presidente da Câmara Municipal de Sintra afirmou que, durante o julgamento, várias testemunhas que depuseram a seu favor, e de vários quadrantes políticos, lhe terão feito sentir que o juiz Américo Lourenço, do Tribunal de Sintra, tinha uma opinião formulada e já decidida condená-la. "Percebiam isso pelos comentários que fazia quando os interrogava", disse.

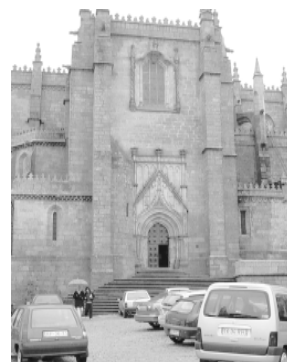
Entretanto, os socialistas manifestaram-se "completa e absolutamente" solidários com Edite Estrela. O porta-voz do PS, Vieira da Silva, sublinhou que Edite Estrela, enquanto presidente da Câmara de Sintra, "teve um comportamento exemplar".

Segundo o dirigente socialista, "enquanto foi presidente da Câmara de Sintra, Edite Estrela desempenhou sempre as suas funções com elevado sentido cívico e com total dedicação na prestação de serviços à comunidade", tendo também rejeitado o teor da sentença.

DESCENTRALIZAÇÃO NÃO TROUXE BENEFÍCIOS ÀS POPULAÇÕES

Ao contrário do anunciado, com pompa e circunstância, aquando da entrada em vigor do decreto-lei que extingue os Governos Cívicos e procedeu à transferência das respectivas atribuições, competências e recursos para os municípios, os resultados desta tímida tentativa de descentralização administrativa tiveram pouca expressão, "não tendo trazido benefícios significativos nem para as autarquias, nem para os cidadãos".

Um ano depois, é altura de efectuar a avaliação e análise das medidas decididas pelo Executivo. Neste sentido, os deputados Fernando Cabral e Pina Moura requereram às câmaras municipais de Aguiar da Beira, Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Gouveia,



Guarda, Manteigas, Meda, Pinhel, Sabugal, Seia, Trancoso e Vila Nova de Foz-Côa informações precisas sobre quais das competências transferidas

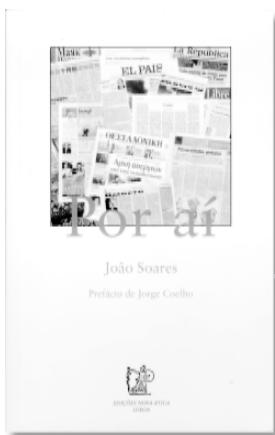
através do decreto-lei n.º 264/2002, nomeadamente no que diz respeito ao número de vezes em que foram exercidas, no ano de 2003, as funções em causa e relativamente ao montante de receitas arrecadadas e recursos que se afectaram, por essa via aos municípios, durante igual período, no exercício dessas mesmas competências.

Num outro requerimento, também entregue ao Parlamento no passado dia 8, os deputados solicitam ao governador civil da Guarda informações sobre o montante de receitas arrecadadas em 2002, respeitantes às atribuições transferidas para as edilidades e sobre as alterações efectuadas nessa instância administrativa como consequência da entrada em vigor do citado decreto-lei.

LIVROS DOS NOSSOS

"AS" inicia hoje uma nova secção, dedicada à divulgação e apresentação crítica dos livros que vão publicando os militantes do Partido Socialista.

O novo livro de João Soares é o primeiro de uma série que será, certamente, longa.



O LIVRO

João Soares, *Por aí*.

Prefácio de Jorge Coelho.
Lisboa: Edições Nova Ática, 2003.

"POR AÍ" DE JOÃO SOARES

MARIA ANTÓNIA PALLA

"Viver é qualquer coisa de fascinante" afirma João Soares num texto editado no Urugua. E quem o afirma sabe do que fala porque experimentou já o que é chegar à ténue fronteira entre a vida e a morte. Quando o deixamos no hospital de Pretória, no regresso da Jamba, dois dias após o acidente que sofreu – e de que eu própria escapei por puro acaso – pensávamos que ele não sobreviveria.

Mas sobreviveu. Porque há em João Soares uma força anímica que leva a ultrapassar as dificuldades, sem virar a casa aos riscos, sem cuidar de preconceitos, sem pautar as suas decisões por cálculos antecipados de vitórias ou derrotas. E porque em palácios ou em palhotas ele conserva a mesma dignidade. O mesmo bom ou mau humor. De João Soares diz-se que ele é essencialmente um homem de acção. É de verdade que ele tem prazer em fazer coisas. Não se julgue, porém, que João Soares age sem pensar.

O que este livro nos revela – ou nos confirma – é que as decisões rápidas que ele toma só aparentemente são espontâneas e impensadas. Porque, ao lerem-se estas páginas, percebemos que o que apresenta como tal corresponde a uma reflexão profunda sobre princípios que estruturaram a sua personalidade e em relação aos quais ele é de uma fidelidade exemplar. E que actua, naturalmente, quando decide.

A liberdade – de pensar e de agir, em total independência – e a solidariedade são princípios básicos que o norteiam, um dado quase genético, desenvolvido por esforço próprio, que o levam a assumir as posições e as causas mais diversas – mesmo que politicamente incorrectas – desde que estejam ameaçados os direitos humanos fundamentais.

"Eu só quero para vocês – ouvi-o dizer em muitas circunstâncias – aquilo que nós, portugueses, quisemos para nós.

E o que nós mais quisemos para nós não foram bens materiais – que lhe interessam relativamente pouco – foi a democracia. E João Soares, "Um optimista prudente", como ele se define neste livro, acredita que ela é possível neste mundo, se forem criadas condições que englobem toda a humanidade..

Jorge Coelho diz, no prefácio que escreveu para este livro que "João Soares gosta de viajar". Parece ser verdade. Mas seria redutor considerar esse gosto como uma actividade meramente lúcida, embora o prazer e a

aventura coexistam neste homem que já percorreu todos os continentes e fez amigos em todos eles..

Neste prazer, insere-se um outro traço da personalidade deste político português que contrariamente ao que parece comum à maioria se vê a si próprio como um cidadão do mundo ao qual procura estender a sua acção.

Foi assim com Timor. João Soares não esperou por se vestir de branco para descer à rua e vir, oficialmente, testemunhar na grande missa colectiva com que os sucessivos governos portugueses limpavam a face do mal que causaram em todas as outras ex-colónias. Incluindo Timor, abandonado sem honra e sem glória, deixando atrás de si um povo à mercê da violência. Como os restantes povos do Império colonial.

Por este livro sabemos as diligências que fez para levar um telefone satélite à resistência timorense ou para divulgar um encontro clandestino de Xanana com o australiano Robert Domm E o de abrir, em Lisboa, o Espaço Timor cuja importância nos dispensamos de sublinhar. Sem esquecer o contributo que deu, mais tarde, à reconstrução e equipamento do Liceu Vieira Machado, hoje Escola Superior de Educação de Timor Leste, "uma obra sonhada e projectada a partir da vontade de obter um efeito multiplicador, de futuro, na afirmação dos valores da educação e da cultura e também da língua portuguesa".

Foi assim também em Angola, onde deixou, como gosta de lembrar, "algumas gotas do seu sangue", e cujo combate pela democracia e pela paz apoiou, não só por palavras mas sobretudo por actos, correndo riscos pessoais e políticos que todos conhecemos.

Tudo porque João Soares acredita na possibilidade de um mundo melhor, mais livre, mais tolerante. "Um mundo plural e diverso onde cada vez mais temos de saber viver uns com os outros de uma forma solidária" como escreve neste livro.

A ONU, com um secretário-geral que seja grande referência internacional, tem um papel fundamental. Mas, diz João Soares, "não está assegurado um quadro democrático capaz e minimamente rigoroso na representação de cada país na organização".

Algumas representações nacionais, diz, não são senão a expressão internacional de nomenclaturas corruptas e ditatoriais E esse é um sério problema e uma séria dificuldade com que temos de saber lidar no plano das

inevitáveis reformas institucionais de que as Nações Unidas necessitam para se credibilizarem e afirmarem

João Soares defende que é preciso imaginação e audácia para reformar a ONU, começando pelo Conselho de Segurança. A Europa tem um papel importante a desempenhar nesta reforma se se mantiver fiel aos grandes princípios da nossa civilização, não sacrificando o respeito pela liberdade e pelos direitos humanos aos jogos de interesses económicos.

Nunca, na história da humanidade, desde que ela se faz, houve como hoje tantas condições de dar provimento, de forma sustentada e sem grande esforço de trabalho, às questões básicas essenciais que se colocam ao ser humano. A casa, o agasalho, o sustento básico em termos de alimentos, os cuidados de higiene e saúde, a educação. Referindo o progresso das tecnologias limpas e o peso crescente da inteligência em todo o processo de criação de bens de primeira necessidade, substituindo em muito o esforço físico, João Soares cita como exemplo dos novos tempos, Bill Gates, o homem mais rico do mundo. Um homem cuja riqueza, recente, recentíssima, vem de vender por todo o mundo massa cinzenta, sistemas de inteligência.

Neste livro, João Soares – homem de muitos combates – revela-se ainda um homem de paz. E de tolerância que confessa a sua simpatia por Israel e pelo povo palestiniano. E que acredita na possibilidade de uma harmonia.

Afirmando-se um "não crente" com "profundo respeito por quem tem fé", escreve. Como é bom, delicioso mesmo em termos de serenidade e paz, para um agnóstico laico, entrar na mesquita, beber um chá de menta com o sheik ou com o líder da comunidade, e verificar que a tranquilidade e a doçura com que as pessoas se movem nas suas ocupações dentro do templo ou a caminho das orações não tem nada de substancialmente diferente do clima que se sente no templo hindu ou na Sé de Lisboa.

Oxalá – e ele diz que o emprego da palavra não é acidental – que o exemplo possa dar frutos. E que os grandes valores – liberdade, igualdade, solidariedade – por que tantos e desde há tempo se bateram sejam retomados por aqueles que desejam uma sociedade mais livre e mais justa.

E mais feliz. Sem esquecer que é preciso determinação e coragem de lutar por ela. Este livro diz-nos que são qualidades que não faltam a João Soares.

Esta rubrica designada "Correio dos Leitores" está aberta a todos os militantes que pretendam enviar-nos os seus pontos de vista sobre questões que considerem relevantes. A direcção do "Acção Socialista" reserva-se o direito de ajustar a dimensão dos textos em função do espaço disponível. Os endereços são: accaosocialista@ps.pt ou, por correio normal, para Partido Socialista, Largo do Rato, 2 - 1269-143 Lisboa

Assim se vê a força do PP

De uma sondagem de opinião recentemente realizada pela Universidade Católica para o Público e RTP foi possível à Lusa (em take de 15-12-2003) extrair os seguintes resultados:

- Três em cada quatro portugueses opõem-se à entrada de mais estrangeiros em Portugal para trabalhar;
- A maioria (62%) defende que os imigrantes ilegais devem ser expulsos.

Sabendo, por dever de ofício, que a opinião sondada é, em muitos casos, uma opinião induzida pela forma com são questionados os inquiridos, estes (e outros) dados sobre a imigração exigem séria reflexão e apurado sentido político.

Numa sociedade aberta e plural, de pendor europeísta e com uma matriz humanista, até com forte inspiração cristã, estas tendências são, a meu ver, inaceitáveis. Quem defende um modelo de sociedade mais solidária, mais justa e mais coesa não pode deixar de ficar indiferente à intoxicação ideológica de uma direita populista e sem escrúpulos, que insidiosamente (ou mesmo explicitamente) declara que Portugal é para os Portugueses, e que os Outros por cá poderão estar se (e quando) forem necessários. É uma formulação a que Paulo Portas não há muito recorreu, e que exacerba, como se de uma declinação indecorosa se tratasse, o conceito de imigração económica.

Entretanto, Paulo Portas faz parte de um Governo que encomendou um estudo, do qual se conclui que o nosso País precisa (e continuará a precisar) de muitas dezenas de milhares de imigrantes, nomeadamente por motivos económicos.

Exige-se do PS uma resposta programática de inequívoca rejeição a este tipo de acicate nacionalista (com alguns contornos de discriminação étnico-racial), por forma a que os Portugueses – sobretudo os que assim pensam – saibam que com um futuro Governo Socialista, haverá pedagogia e acção política para combater este tipo de "tendências".

Paulo Machado

Acção
Socialista

leia na internet

www.partido-socialista.pt/accao/

REPONDO A VERDADE

Com os governos do PS, Portugal convergiu com a União Europeia entre 1995 e 2001.

Deixou de convergir com o Governo de direita

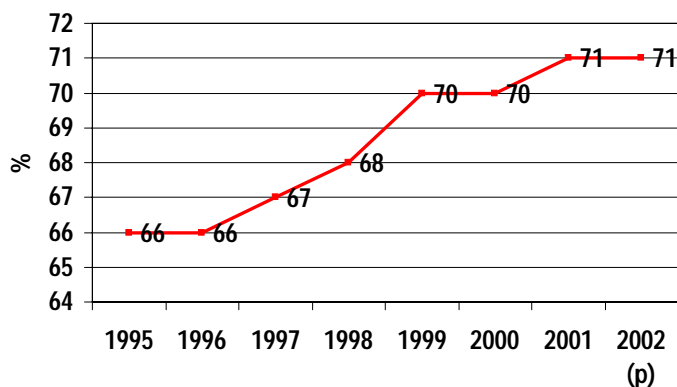
O Eurostat publicou os dados referentes à evolução do PIB per capita (em paridades de poder de compra) dos vários países da UE. Assim se estabelece definitivamente a verdade dos factos: com os governos do PS Portugal esteve sempre a convergir para a União Europeia, crescendo acima da média dos Estados-membros. Foi este percurso que o projecto de desastrosa política económica e financeira de Durão Barroso e Manuela Ferreira Leite interrompeu. Com os socialistas o País cresceu, com a direita o País regride.

PIB per capita em PPC, UE15 = 100

PORTUGAL

PORTUGAL CONVERGIU ENTRE 1995 E 2001

Os dados preliminares apontam para estabilização em 2002



Fonte: CE – Previsões Outono 2003; Statistics in Focus 64/2003

SUGESTÕES

por LUIZ FAGUNDES DUARTE

"OH, QUE MAROTOS!"



Vá lá saber-se porquê, não resisto a trazer aos leitores uma passagem desconhecida de uma versão intermédia do romance inacabado de Eça de Queiroz, A Capital!

«[Artur] numa das manhãs em que fora ao Século, não achou ninguém na sala: mas na saleta do SAVEDRA, que tinha a porta entreaberta, vozes falavam; reconheceu a do ROMA, a do folhetinista XAVIER, a do BENTO CORREIA, e a de outro que não conhecia – mas de quem ouvia o nome pronunciado, um nome célebre, o GOMES BRITO – o folhetinista clássico, oficial. – E percebeu logo que se tratava do artigo sobre o DAMIÃO. O SAVEDRA decerto estivera lendo, porque dizia:

– Já vêem vocês que era fácil responder-lhe: eu lembrei-me de o deixar publicar – e depois esmagá-lo. Dar-lhe uma tosa, uma tosa de...

Fez-se um silêncio que parecia desaprovador. E Artur, indignado, ouviu o GOMES BRITO dizer, com o seu modo gentil:

– Falar mal de um livro, meu amigo, é fazê-lo conhecido. Ora, o que se quer justamente é que ele fique no limbo... Nada, nada, o silenciosinho, o antigo silenciosinho. Moita e deixa passar... A crítica hábil devia ter este símbolo – um apagador!

Houveram risadas. E de certo o XAVIER, encantado, lhe bateu palmadinhas no ombro, dizendo-lhe:

– Este Gomes, este Gomes!

O BENTO CORREIA escarrou contra o soalho, e disse:

– Era bom, o diabo do livro. O rapaz tem muito talento: o estilo é soberbo, tem boas páginas...

– Por isso mesmo, por isso mesmo, fez a voz do XAVIER – que decerto se aproximara da janela porque Artur ouviu rufar nos vidros.

– Quem é ele?, perguntou o ROMA.

O XAVIER deu detalhes. Era um desses diabos vindos de Coimbra, cheios de pretensões, com manias de escolas novas, democratas, imaginando que varrem

tudo – um asno!

O GOMES BRITO disse então:

– Eu não vi o livro: francamente, essas cousas de ontem, renascenças, enfim, todo esse palavreado não me calha, não me vai! Pode ser muito bonito, mas não é para sociedade, nem vistos...

Todos concordaram, excepto o BENTO CORREIA que não o distraiu. E o GOMES BRITO continuou:

– Mas a questão não é se o livro é bom ou mau. A questão é que não queremos intrusos. A literatura tem os seus homens, não se precisa de mais ninguém... Que diabo, isto é lógico: se se vai fazer reclamo a todo o mundo, sobretudo a esses diabos atrevidos que no fundo têm talento – então lérias e casa cheia; não podemos fazer vontades, o público toma outra direcção... Não, francamente, vocês dirão que isto é cinismo. É legítima defesa.

– Está claro, está claro!

E o GOMES BRITO, que parecia franco, disse ainda:

– E depois, francamente, eu não sei fazer folhetins sobre esses livros. Não sei o que hei-de dizer. São uma série de cousas novas, tão fora do eixo, disparatadas. A Renascença! Ora a Renascença! Que diabo querem vocês que se diga sobre a Renascença... É como com outros, diabo, aí como o *Realismo*, o *Satanismo*, a *Última Aventura de D. João*, uma série de cousas! Vocês não acham que o mundo está esquisito?

– Asnos!, disseram.

O BENTO CORREIA, que não cessava de escarrar, disse:

– Eles têm talento...

Houve um *ora!* muito desdenhoso. E o XAVIER resumiu:

– Homem, fala-se em Conspiração do Silêncio. É ainda o meio melhor...

Falavam tão baixo, que Artur não lhes distinguiu bem as palavras. Só ouvia dizer *Está claro! É evidente!* E como o BENTO CORREIA disse: onde puseram vocês a chapá?

– Artur prudentemente saiu, sem ruído, pensando: Oh, que marotos!..»

Acção
Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Augusto Santos Silva | DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva silvino@ps.pt | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; P. Pisco ppisco@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt
PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt | EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33
DEPÓSITO LEGAL N.º 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal ou para accaosocialista@ps.pt

w w w . p s . p t / a c c a o